

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GENIVONE ETMY SEQUEIRA VIANA

OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES DA UNIÃO AFRICANA

Porto Alegre

2012

GENIVONE ETMY SEQUEIRA VIANA

OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES DA UNIÃO AFRICANA

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Haffner

Porto Alegre

2012

GENIVONE ETMY SEQUEIRA VIANA

OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES DA UNIÃO AFRICANA

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernandez. Haffner

UFRGS

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

UFRGS

Prof. Dr. Augusto Luiz Estrella Faria

UFRGS

Dedico este trabalho à minha mãe querida Martina Luz Sequeira por ter me ensinado a lutar e a nunca desistir dos meus sonhos e que mesmo à distância apoiou e compreendeu todas as minhas decisões. Ao meu pai Pedro Viana por ter me ajudado a enfrentar todas as adversidades da vida. Aos meus irmãos com quem sempre pude contar e com os quais vivi ótimos momentos. Por último, não menos importante ao grande amor da minha vida Amadeu Medina.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me dar vida e guiar meus pés. Aos meus pais que inculcaram em mim desde cedo a importância dos estudos no futuro de todo e qualquer cidadão e que apesar das dificuldades se empenharam ao máximo para que eu pudesse chegar aonde cheguei. Aos meus irmãos que acompanharam minha trajetória e que mesmo distantes sempre me incentivaram a seguir em frente.

À professora Jaqueline Haffner por gentilmente aceitar me orientar neste trabalho e pela sua paciência e dedicação incansável e por auxiliar minha pesquisa e sempre oferecer para esclarecer minhas dúvidas e preocupações.

Ao Fundo de Apoio ao Ensino e à Formação pela bolsa de estudo a mim concedida, e ao governo brasileiro e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul por essa bela parceira com o governo de Cabo Verde. Ao programa de graduação em Relações Internacionais, pelo conhecimento adquirido e por esta experiência enriquecedora.

Aos professores André Reis e Paulo Fagundes Visentini e à Fabiana Westphalen com a ajuda dos quais sempre pude contar.

Agradeço intensamente ao meu melhor amigo Gabriel Luiz Machado que esteve comigo, por ter-me ajudado a superar com certeza os momentos mais difíceis da minha vida. Por ter-me dado as mãos e me ajudado a levantar a cada tombo. Pela parceria, pela amizade incondicional, por cada risada, enfim pelos belos momentos que passamos juntos. Não tenho a menor dúvida que ele esteja ciente de quão importante é nossa amizade.

Ao grande amor da minha vida Amadeu Medina Delgado por ter me ensinado a ter calma e ser mais paciente, pelo companheirismo, pela dedicação e pelos momentos felizes que passamos juntos nestes dois últimos anos.

Estendo meus agradecimentos às minhas amigas da Transafrica, à turma 5 das RI, aos meus colegas de apartamento, aos meus conterrâneos, mesmo cujos nomes não sejam mencionados, o apoio de todos foi fundamental. Por último, a todos aqueles que de certa forma contribuíram para que a minha formação acadêmica se tornasse realidade.

Nem o afro-pessimismo, nem afro-otimismo; mas a constatação de sinais de outra dinâmica interna, vinda dos próprios africanos e com grande valor simbólico no campo da ação prática: um compromisso dos africanos- em parceria com os doadores externos- para uma África mais democrática, mais estável, mais equitativa, mais e melhor inserida na economia global.

ALMEIDA (2005)

RESUMO

A partir do fim da Guerra Fria torna-se fundamental entender a estratégia dos países para sobreviver não mais à guerra bélica, mas sim à guerra econômica. A partir de então proliferaram vários blocos econômicos. A formação destes se insere dentro de uma estratégia maior de busca pelo desenvolvimento, sobretudo no que se refere aos ditos países periféricos. Nesse sentido, União Africana teria sido criada com o intuito de não só colocar a África no panorama econômico mundial, preenchendo uma lacuna deixada pela antiga antecessora Organização da Unidade Africana, bem como resolver os problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo continente negro, problemas essas agravados pelo fenômeno da globalização. O Ato Constitutivo da União Africana elenca uma série de objetivos que a mesma propôs alcançar. O objetivo do trabalho é, portanto, à luz dos desafios e das oportunidades vivenciadas pelo continente negro analisar em que medida esta organização tem sido capaz desde a sua fundação de fazer frente aos problemas sociais, econômicos e políticos dos seus Estados-membros. Apesar do resultado obtido até então é preciso, não obstante, levar em consideração, fatos do passado histórico do continente que ainda repercutem de forma negativa na realidade socioeconômica do continente Africano.

Palavras-chaves: União Africana. Integração regional. Desenvolvimento.

ABSTRACT

From the end of the Cold War, understanding the strategies of countries to survive not a military war anymore, but an economic war, has become a primordial thing. Ever since, many economic blocs have appeared. Their establishments are inserted in a major strategy for the pursuit of development, especially in the case of the “peripheral countries”. In this regard, the African Union would have been created with not only the intention of setting Africa in the world economic scenery – filling the gap left by its predecessor, the Organisation of African Unity – but as well with the intention of solving social, political and economic issues faced by the black continent, issues which have grown due to globalization phenomenon. The Constitutive Act of the African Union established a series of goals which the bloc intended to reach. The purpose of this paper is therefore to examine, under the light of challenges and opportunities faced by the black continent, how the AU has been able to fight the social, political and economic problems of its member States since its foundation. Despite the results obtained so far, it is necessary to take in consideration facts of the recent past of the continent that still echo in a negative way on the socioeconomic reality of Africa.

Keywords: African Union. Regional integration. Development.

LISTA DE ABREVIATURAS

ALCA- Área de Livre Comércio das Américas
BAI- Banco Africano de Investimento
BCA- Banco Central Africano
BM- Banco Mundial
CAO- Comunidade da África Oriental
CEA- Comunidade Econômica Africana
CEE- Comunidade Econômica Européia
CEEAC- Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CEDAO- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEMAC- Comunidade Econômica e Monetária da África Central
COMESA- Mercado Comum da África Oriental e Austral
CER- Comunidades Econômicas Regionais
FDI- Fundo de Investimento Direto
FMA- Fundo Monetário Africano
FMI- Fundo Monetário Internacional
ICTSD- International Centre of Trade and Sustainable Development
IDE- Investimento Direto Externo
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul
NAFTA- Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NEPAD- Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África
OMC- Organização Mundial do Comércio
ONG- Organização Não Governamental
OUA- Organização da Unidade Africana
RDH- Relatório Desenvolvimento Humano
PAE- Políticas de Ajuste Estrutural
PIB- Produto Interno Bruto
PMI- Programa Mínimo de Integração
PNB- Produto Nacional Bruto
SADC- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
TEC- Tarifa Externa Comum
UA- União Africana
UE- União Européia

UEMAO- União Econômica e Monetária da África Ocidental

UNASUL- União das Nações Sul-Americanas

UNCTAD- Conferencia das Nações Unidas para p Comercio e Desenvolvimento

UNECA- Fundo das Nações Unidas para África

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
2.2 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: ORIGEM E CONCEITO.....	14
2.3 AS TEORIAS ECONÔMICAS DA INTEGRAÇÃO	17
2.4AS UNIÕES ADUANEIRAS COMO PROPOSTAS INICIAIS DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO.....	22
2.5AS VANTAGENS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL	25
2.6AS CAUSAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	31
2.7AS TEORIAS POLÍTICAS DA INTEGRAÇÃO.....	32
3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA UNIÃO AFRICANA: ORIGENS E DESAFIOS	39
3.2 A CONFERÊNCIA DE BANDUNG	39
3.3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA OUA E A INTEGRAÇÃO ECONOMICA POLÍTICA DA ÁFRICA.....	41
3.4 UNIÃO AFRICANA: ORIGENS E DESAFIOS	46
4 UNIÃO AFRICANA: A BUSCA POR NOVAS OPORTUNIDADES	55
4.1 PAZ E SEGURANÇA.....	55
4.2 UNIÃO AFRICANA FRENTE À GLOBALIZAÇÃO: SITUAÇÃO E OPORTUNIDADES.....	58
4.3 A QUESTÃO DEMOCRÁTICA	62
4.4DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO.....	66
5 CONCLUSÃO	82
ANEXO A - Mapa da União Africana.....	91

1 INTRODUÇÃO

A partir do final da Guerra Fria, torna-se fundamental entender a estratégia dos países para sobreviverem não mais à guerra bélica, mas sim, à guerra econômica. Dada as profundas transformações no cenário internacional, da globalização à regionalização, de organizações multilaterais à organizações regionais, incute esta necessidade das teorias das Relações Internacionais estarem atentos e este fato, e, em última instância, a importância de analisarem o porquê da proliferação de tantos blocos econômicos.

Ademais, o processo de globalização e transnacionalização têm implicado em profundas transformações no padrão de atuação internacional dos Estados, e conseqüentemente trouxe a estes Estados, a necessidade de repensarem e até mesmo redefinirem os pressupostos essenciais de suas políticas. Concomitantemente é também imposta a estes, a necessidade de construir com rapidez novas estratégias de inserção internacional.

Neste contexto, o tema objeto de nossa pesquisa, União Africana, é particularmente interessante, na medida em que, procuraremos demonstrar que além dos desafios acima citados, faz-se imprescindível aos Estados da União promover ações que façam prevalecer suas prioridades, juntamente com a ampliação de seu maior grau de autonomia.

Após a criação da Organização da Unidade Africana, posteriormente substituída pela União Africana, fica claro que os países buscavam caminhos para superar os desafios anteriormente e ora apresentados, tentando desde modo impulsionar o desenvolvimento. Neste sentido, a integração regional mostrou ser uma das opções mais viáveis.

Ademais, a integração se apresenta para a região como uma alternativa possível à sua posição marginal mediante o processo da globalização. Entretanto, não podemos concluir a priori que esta seja por si só capaz de substituir as políticas domésticas tidas como fundamentais para o desenvolvimento.

A cooperação entre os países africanos apresenta-se como elemento chave capaz de transformar situações e condições semelhantes, ainda que por vezes negativa em oportunidades de cooperação e benefício mútuo. Neste âmbito, a nossa análise sobre a União Africana no contexto da integração, é de suma importância se levarmos em consideração que recai sobre esta entidade a responsabilidade de adotar medidas e definir prioridades corretas para a execução de seus projetos nacionais no plano continental e global.

Não obstante, a importância assumida pela integração, não podemos ignorar segundo Fernandes (2011) que a integração não pode ser a solução das variadas questões ligadas ao

desenvolvimento econômico, bem como, a resolução de vulnerabilidades sociais e institucionais, que inserem em outro âmbito que não o da integração, como é o caso de alguns países dessa região. Vale assim ressaltar, que nestes para que qualquer desenvolvimento seja alcançado, o ambiente político e econômico da região têm que se mostrar favorável e desse modo, sustentar o processo de integração.

A partir desta perspectiva, nossa temática assume particular importância, não somente motivado no processo de globalização e integração dos países periféricos, mas também por se enquadrar num contexto em que a discussão sobre a viabilidade dos blocos de integração assumiu contornos para lá de críticos, considerando a polemica entrada da Venezuela no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), bem como, a atual crise da União Europeia, tida como o modelo supremo de integração.

O passado e a atual realidade social, econômica e política dos Estados-membros da União Africana dá vazão ao tema escolhido. Sendo assim, o tema é um reflexo daquilo que será discutido ao longo do trabalho: a saber, os problemas vivenciados pelo vasto continente africano e as possibilidades e/ou oportunidades que a organização terá para fazer frente aos desafios por este enfrentado.

Portanto, o tema abrange no geral o continente africano, já que ao referirmos à União Africana, estaremos de igual modo referindo ao continente como um todo, uma vez que, compõe este bloco a quase totalidade dos países africanos à exceção de Marrocos, Madagascar e da Guiné-Bissau recentemente suspensa da organização em função do Golpe de Estado ocorrido em abril do corrente ano. Para melhor entendermos a União Africana, primeiramente faremos a análise de duas instituições que marcaram a trajetória do continente na segunda metade do século XX. Pois, entendemos assim, que não seria correto proceder à análise da União Africana sem ao menos referirmos à Conferência de Bandung e à Organização da Unidade Africana, sua antecessora.

A União Africana foi criada com o propósito de não só colocar a África no panorama econômico mundial, como também, resolver os problemas sociais, econômicos e políticos dos países africanos, problemas esses agravados pelo fenômeno da mundialização. São enunciados no Ato Constitutivo da União Africana uma série de outros objetivos que a mesma se propôs a alcançar.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa vai de encontro ao tema proposto, ou seja, à luz dos desafios e das oportunidades vivenciadas pelo continente negro, analisar em que medida a União Africana tem sido desde a sua fundação capaz de fazer frente aos problemas sociais,

econômicos e políticos dos seus Estados-membros mediante os propósitos para qual foi criada e dos objetivos por ela propostos a serem alcançados.

Especificamente o objetivo recai sobre uma análise mais concreta dos fatos que constituem o cerne principal da monografia. No âmbito específico serão, portanto, analisadas: os custos da transição da Organização da Unidade Africana para a União Africana propriamente dita e, neste aspecto, verificar em que medida a inviabilidade das instituições da mesma constitui ou não um empecilho para o cumprimento dos objetivos e pressupostos de tal organização.

Diz-se que os benefícios da globalização não são uniformes em todas as regiões e países e que forças vinculadas a este fenômeno podem causar desigualdades maiores em alguns países. Apesar de tal argumentação tem-se também como objetivo específico avaliar como a África pode vir a obter vantagens mais expressivas de integração motivada pelo processo de globalização.

Consideramos, a hipótese de que conflitos civis tem tido a capacidade negativa de limitar o desenvolvimento em diversas regiões do continente, particularmente na África Subsaariana e que para que o continente consiga promover um crescimento mais acelerado é primordial que cessem os conflitos. Ademais, levaremos em consideração que é de fundamental importância que a União Africana consiga de favorecer de forma plena a integração do continente africano e para isso que esta se mostre capaz de assegurar a viabilidade de arranjos institucionais capazes de por fim às necessidades e urgências vivenciadas no continente africano, especialmente a consolidação da democracia, a paz e a promoção do desenvolvimento.

Além de revermos as principais correntes teóricas explicativas do processo de integração, também trabalharemos com um conceito de desenvolvimento que pressupõe reconhecer o caráter pluralista, aberto e pragmático do termo que supera a dimensão estritamente econômica.

Esta análise será feita, majoritariamente com base na obra de Amartya Sen, “Desenvolvimento Como Liberdade”. Sen (2000) procura demonstrar que o desenvolvimento pode vir a ser um processo atrelado à expansão e garantia de liberdades para todos os indivíduos. Para o autor o desenvolvimento só terá sentido se significar melhores condições para expansão das liberdades individuais de que as pessoas desfrutam.

Com base nesse conceito, trabalharemos a hipótese específica de que, a remoção das principais fontes de privação de liberdade, entre os quais, Sen (2000) destaca: a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, carência e/ou negligência dos serviços

públicos, intolerância e interferência excessiva de Estados repressivos, é uma condição necessária para o desenvolvimento pleno do continente africano.

Pode-se afirmar que a constatação de que índices de crescimento como aumento do Produto Nacional Bruto (PNB), por exemplo, nem sempre significam melhoria nas condições de vida. Conforme Sen (2000) o desenvolvimento além de proporcionar aumentos de produção na produção e na renda, deverá ter em conta aspectos ligados à fome, acesso à saúde, ao trabalho, ao saneamento básico, etc.

É fato que o continente africano vivencia a persistência da pobreza, fome coletiva, necessidades essenciais, violação de liberdades políticas elementares e liberdades formais básicas. Portanto, a nossa análise também leva em consideração a hipótese específica de que para granjear melhores resultados a União Africana terá que pautar pela expansão das liberdades reais da população.

Com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o assunto em estudo e com vista a torná-lo mais explícita nossa pesquisa será, portanto, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos/ acadêmicos. Tentar-se-á fazer uma pesquisa do tipo descritivo-explicativo, apresentando não somente os fenômenos ligados ao tema em análise, bem como, identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência desses fenômenos. Tratar-se-á, portanto de uma análise, revisão e integração tanto de dados qualitativos, quanto, de dados quantitativos, já que ambos não são de modo algum excludentes.

A presente monografia está estruturada a partir desta introdução, com três capítulos de desenvolvimento e uma conclusão geral. O segundo capítulo trata sobre a questão da integração regional. Neste é tratado desde sua origem e o conceito do termo, até as teorias explicativas deste processo.

No terceiro capítulo voltamos a nossa atenção para a análise da União Africana propriamente dito. São levados em conta todos os passos dados até se chegar a atual organização, procurando no tempo e no espaço seus antecedentes históricos. São também discutidos os desafios políticos e econômicos que a União tem enfrentado.

No quarto e último capítulo, através de abordagens a respeito dos temas: paz e segurança, globalização, democracia, desenvolvimento e comércio procuramos analisar como é que União Africana tem-se comportado neste sentido, e dentro dessas temáticas quais são as reais oportunidades para o continente negro. Por último, depois de todas as análises e inferências a respeito da nossa proposta de pesquisa (a União Africana), são apresentadas as principais conclusões a que chegamos.

2 AS TEORIAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A questão da integração econômica vem ganhando cada vez mais importância nos últimos tempos. Ocorreram mudanças fundamentais na arena internacional e conseqüentemente ante este novo cenário, os Estados se vêem na necessidade de mudar seus padrões de comportamento e adotar novas estratégias de inserção internacional.

Frente a este novo cenário que se delineou nomeadamente, a partir do fim da Guerra Fria, somando a tudo isso a questão da globalização, da transnacionalização, do multilateralismo, do regionalismo, se torna de fundamental importância para as teorias das relações internacionais, entenderem os motivos que explicam o surgimento de tantos blocos econômicos.

Portanto, sempre tendo em mente a importância desse tema e, em última instância, seu total entendimento, para posterior análise da União Africana tema central deste trabalho, neste primeiro capítulo, far-se-á uma revisão teórica dos principais pressupostos das teorias explicativas desse fenômeno. Convém salientar que o objetivo não recai na análise exaustiva dos pressupostos de cada uma das correntes a serem analisados, buscando na realidade exemplos práticos aos quais se aplicam, à exceção da União Europeia (paradigma de estudo para os demais processos de integração econômica), que poderá sempre ser mencionada, afinal é o exemplo de bloco econômico mais completo existente, objeto de análise das várias vertentes teóricas.

Não obstante, pressupostos dessas correntes teóricas poderão ainda que de forma esporádica aparecer ao longo do presente trabalho, particularmente nos pontos que se julgarem úteis, de grande importância e/ou ajuda, em se tratando especificamente da União Africana, objeto maior da pesquisa.

2.2 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: ORIGEM E CONCEITO

Nas palavras de Garcia (2007), se pode falar de indícios do surgimento do fenômeno em estudo a partir do momento em que se começa a manifestar o enfraquecimento do Estado-nação, qual seja a partir do momento em que esta se vê na impossibilidade de resolver e administrar seus problemas por si só. É ante este novo cenário que os países se viram na necessidade de conjuntamente e não mais de forma isolada resolver os seus problemas.

Nesta linha de raciocínio, Gonçalves em sua obra “A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira” ressalta que embora a integração seja um tema cuja importância tem crescido nas últimas décadas, esta não é uma discussão recente, remontando, portanto ao período de formação de alguns Estados nacionais, tais como Alemanha e Itália, no século XIX. (GONÇALVES, 1998).

Como já dito, o tema “Integração Regional” ganhou maior amplitude, no final do século XXI. Assim sendo, ao fazermos uma retrospectiva da origem do fenômeno em destaque nos moldes em que hoje é conhecido, se nos apresenta e na qual é retratada na literatura, é digno de nota levar sempre em consideração, os ganhos e avanços econômicos até então empreendidos pela Comunidade Europeia ainda na década de 1950. Pois, a maior parte da literatura estudada aponta para o surgimento da integração regional com a criação da Comunidade Europeia¹.

Esta criação se insere no contexto de uma necessidade maior de interdependência tanto no plano político quanto econômico, rompendo com o isolacionismo até então prevalecente, e em última instância, na busca pela criação de condições propícias que levassem a um incremento maior do comércio entre as nações, rompendo com muitas das barreiras até então existentes, através de instituições capazes, com uma finalidade maior, qual seja, o de alcançar maior equilíbrio entre as nações. (GARCIA, 2007).

Nas palavras de Balassa (1961), o termo integração econômica veria, portanto, a ganhar maior dinamismo pós década de 1950, no momento em que se passa a verificar uma conexão de forma mais acentuada entre economias anteriormente separadas, e em grande medida, políticas que conduzissem à eliminação de determinadas formas de discriminação.

Igualmente Machlup (1976) alega que o uso do termo integração nos moldes em que hoje é conhecido, fundamentalmente no que concerne à combinação de economias anteriormente separadas em grandes regiões econômicas é recente. A propósito o autor acrescenta que a sua utilização oficial se daria em 1947 e nos anos seguintes sua utilização se generaliza tanto na Europa, quanto nos EUA.

A partir de então, o mundo se vê diante de uma maior interdependência econômica e surgem vários blocos econômicos na América Latina, na África e na Ásia. É neste contexto, que ora se apresenta que os países, nomeadamente os países em desenvolvimento, conforme Daza (2005) têm buscado uma melhor inserção comercial e financeira.

¹ Particularmente com a criação da Comunidade Econômica Europeia e da Comunidade Europeia de Energia Atômica.

O mesmo autor ainda acrescenta:

O crescimento notável dos processos de integração regional em distintas partes do planeta e a participação dos países em desenvolvimento em tais processos justifica tal busca. Nos anos recentes, no campo das relações internacionais, o crescimento dos blocos comerciais regionais tem constituído um dos principais avanços, na medida em que praticamente todos os países pertencem, pelo menos, a um bloco comercial. Desse modo, a integração regional tem-se convertido em uma das novas vias para o desenvolvimento. (DAZA, 2005, p.9).

É fato indiscutível e unânime na literatura estudada que praticamente todos os países do mundo estejam inseridos dentro de algum sistema de integração ou cooperação, independente do estágio que cada um deles se encontra, demonstrando cada vez mais a importância do fenômeno em si e os aspectos que esta acarreta para cada um dos países envolvidos.

Ao voltarmos a nossa atenção para a definição daquilo que seria integração econômica, se verifica que assim como a origem, o conceito deste fenômeno também é recente, se datando ao final da Segunda Guerra Mundial.

Dentro desta perspectiva Rolim (1993) afirma em síntese que o termo apresenta mais divergências do que consenso e é visto tanto como um processo, quanto como um estado final obtido em decorrência desse processo.

O termo analisado em todos os seus aspectos, é objeto de várias definições e estes variam desde o campo econômico, jurídico, político, histórico, social e até mesmo cultural. Portanto, poderíamos aqui nos ater a inúmeras definições, mas tal poderia se tornar exaustiva.

A este propósito, a definição de integração regional proposta por Balassa (1961) o apresenta como um processo e uma situação. Como processo, esta implica em sua instância medidas que levam a supressão de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados; como situação, pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais.

Na busca por um consenso surge até mesmo a discussão sobre o quanto se poderia afirmar que a integração regional seria um processo unidirecional, dito de outra forma, o quanto esta avança em etapas sucessivas que vão desde uma área de livre comércio até os estágios mais avançados.

Para Torrent (2006), a afirmativa de que a integração regional avança em sucessivas fases tal como proposto por Balassa (1961) não encontra respaldo na realidade, se levarmos

em consideração que a integração pode sim arrancar de diferentes formas e seguir caminhos distintos, muito embora possam aparecer alguns elementos comuns a serem compartilhados².

Em meio a toda essa discussão, Machlup de igual forma acrescenta que existem ao menos três pontos que podem ser considerado um consenso:

(i) que a integração econômica se refere basicamente à divisão de trabalho; (ii) que ela envolve mobilidade de fatores e de bens, ou de ambos; (iii) que ela está relacionado à discriminação ou à não discriminação no tratamento de bens e de fatores. (MACHLUP, 1976, P.34).

Conclui-se, portanto nos vários escritos sobre o assunto em pauta que as definições presentes do termo variam em palavras e profundidade e ainda não se chegou a um consenso generalizado. Entretanto, de acordo com Garcia (2007) um raciocínio que nos parece lógico e faz sempre presente é a ideia da junção de partes que a princípio se viam separadas para formar uma comunidade de interesses englobando dois ou mais países.

2.3 AS TEORIAS ECONÔMICAS DA INTEGRAÇÃO

Ao analisarmos as teorias de integração é fundamental levarmos em consideração a valiosa contribuição de Jacob Viner, seja numa pesquisa cabal que vá diretamente à fonte primária do autor, seja sua avaliação feita a partir do trabalho de outros autores.

Gonçalves (1998), por exemplo, aponta duas vertentes teóricas da integração regional. A primeira delas teria como base essencial os preceitos tradicionais da teoria pura do comércio internacional, dado o conceito de vantagens comparativas estáticas e de especialização comercial. A vantagem comparativa aqui estaria associada ao fato do comércio permitir e encorajar os produtores de cada um dos países envolvidos no processo a se especializarem de forma competente e autônoma em atividades econômicas onde poderão, grosso modo, aproveitar ao máximo e com vista à maximização dos lucros, os recursos físicos e humanos à sua disposição.

No parágrafo acima fica claro a contribuição de Jacob Viner, principal teórico expoente desta vertente. Embora, segundo Ferreira (1997), os autores Halberler e Gregory tenham sido os precursores dos estudos das uniões aduaneiras, a análise sistemática da

²Balassa (1961) defende a tese de que existem cinco fases sucessivas de integração regional: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária e união política.

integração econômica internacional é atribuída a Jacob Viner com seu trabalho sobre as uniões aduaneiras.

Como já mencionado acima, Viner criou as bases da teoria pura do comércio internacional. Para Gonçalves, a grande contribuição do autor teria sido:

a distinção feita entre os efeitos da “criação de comércio” e “desvio de comércio” na criação de uma união aduaneira. Em seu modelo teórico, a união aduaneira só seria válida como uma segunda melhor alternativa (*secondbest*) na impossibilidade de uma política de redução tarifária multilateral, que seria a melhor alternativa (*firstbest*). (GONÇALVES, 1998, P. 83).

Até então, ou mesmo se pode dizer antes do trabalho de Viner, as análises econômicas da integração existentes tinham por fundamento a teoria das vantagens comparativas e se considerava os resultados dos acordos regionais como benéficos e uniformes tanto para os países pertencentes como para os países não membros de tais acordos. Em última análise, a integração regional levava a um aumento nas trocas comerciais e no bem-estar mundial, sem se ater a alguns aspectos não tão proeminentes do processo tal como é discutido hoje na literatura, especialmente no tocante aos países em desenvolvimento se assim se pode considerar.

De acordo com Gonçalves, a segunda vertente teórica teria por base argumentos protecionistas, e neste sentido, ele traz à baila o conceito de indústria nascente de List³ e conceitos da teoria do desenvolvimento. Em seu livro *The National System of Political Economy*, List deixa claro sua opinião de que a proteção da indústria nascente deve ser removida pare-passo até que esta ganhe maior autonomia. Ele admite que uma nação possa sacrificar parte do conforto presente em nome de uma maior prosperidade futura, com firmas mais produtivas.

Contudo, List salienta que a proteção seria justificável apenas se a nação conseguisse manter a indústria favorecida com capacidade de competir com o mesmo grau de eficiência que outras indústrias estrangeiras. Implícita estaria aqui a ideia de que a proteção pode provocar algumas distorções no mercado, por isso não deve ser feita sem motivos que sejam plausíveis.

Krugman (1987), também analisa o tema. Ele argumenta que é difícil saber o momento adequado para proteger a indústria. Também alerta sobre a possibilidade de grupos de interesses utilizarem o argumento para favorecerem setores onde há uma relação de troca de interesses.

³Friedrich List foi o primeiro a analisar o argumento de proteção a indústria nascente com maior profundidade.

O mesmo autor ainda acrescenta que o argumento seria justificável quando o mercado de capitais do país fosse imperfeito, mas nesse caso, seria melhor torná-lo mais eficiente em vez de proteger qualquer indústria.

Assim cabe, porém destacar que embora Viner e Balassa, formuladores da teoria neoclássica de integração econômica, sejam os autores mais conhecidos sobre este tema, historicamente os argumentos que motivaram a proposição de projetos de integração têm como matriz teórica a segunda vertente da teoria econômica de integração. Foram argumentos de List, por exemplo, que motivaram a criação do Zollverein⁴.

Nesta mesma linha de raciocínio, Gonçalves (1998), acrescenta que os primeiros tratados da União Europeia também foram inspirados em concepções protecionistas tradicionais, mas também foram influenciados pela ideia de que a aplicação na esfera regional de princípios de planejamento econômico prepararia a região para o desafio da concorrência dos EUA e o enfrentamento da ameaça soviética.

Ainda analisando as teorias econômicas de integração alguns autores fazem uma distinção entre integração positiva ou ativa e integração negativa ou passiva. O conceito de integração negativa ou passiva é utilizado para designar aqueles aspectos da integração que envolve a remoção das discriminações e das restrições à circulação, tal como se dá no processo de liberalização do comércio. A integração positiva ou ativa está, por sua vez, ligada à modificação dos instrumentos e das instituições e à criação de outros, a fim de permitir que o mercado funcione com eficácia e promova outros objetivos mais vastos dentro da união.

Nas palavras de Fujii tal distinção se faz necessária, se levado em consideração que: “em alguns casos os aspectos positivos são diluídos por uma série de elementos que advêm não somente da dificuldade da integração, como também de suas consequências negativas” (FUJII, 1998, P.64).

Ainda de acordo com o âmbito econômico envolvido, a integração econômica divide-se em integração setorial e integração geral. No primeiro, abrange apenas sectores delimitados da atividade econômica, enquanto a integração geral ocorre quando é abrangida a generalidade dos setores.

⁴ Ideia proposta por List no século XIX, **Zollverein** era aliança aduaneira que teve como meta a liberdade alfandegária para os 38 estados alemães, o que favoreceu a liberdade entre as suas fronteiras internas facilitando assim o maior comércio e uma maior estrutura para os processos industriais. Foi dissolvido em 1866, mas foi restabelecido em 1867. O *Zollverein* continuou uma eficiente ferramenta fiscal, até deixar de fazer sentido com a Unificação da Alemanha, em 1871.

A integração econômica pode ainda assumir vários níveis: nacional, quando diz respeito à integração de várias regiões de um país; regional, quando se refere à integração de diferentes países num bloco econômico e integração universal, no caso da integração de todos os países num único bloco econômico, ou seja, a que respeite a eliminação de todas as barreiras e discriminações às trocas internacionais⁵.

Levando em consideração o grau de aprofundamento, a generalidade dos autores classifica a integração econômica sob as seguintes formas: área de preferências aduaneiras, zonas de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica, união monetária e união econômica e monetária⁶.

O sistema de preferências aduaneiras é uma forma de “integração” muito peculiar, baseada no fato de que um conjunto de territórios aduaneiros independentes concede entre si uma série de vantagens aduaneiras, não extensíveis a terceiros, devido à suspensão internacional aceita da cláusula de nação mais favorecida.

As zonas de livre comércio são formadas por países que concordam em eliminar ou reduzir as barreiras alfandegárias apenas para as importações de mercadorias produzidas dentro dessa área. Entretanto, cada país terá uma política própria para os produtos originários fora da zona de livre comércio, como é o caso do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e também será o caso da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), após sua criação (MAIA, 1995). A necessidade de certificação da origem dos produtos é, portanto, uma característica dessa forma de integração, tendo em vista evitar a deflexão do comércio, isto é, que um país membro possa obter ganhos com a venda de produtos que importou do exterior, utilizando uma taxa mais reduzida do que a que os restantes parceiros utilizam na importação de produtos da mesma origem.

A união aduaneira é mais ampla, além de eliminar as barreiras alfandegárias para as importações de mercadorias produzidas na área. A união aduaneira significa, ademais, a construção de um arsenal aduaneiro frente a países terceiros. Este último elemento denominado de Tarifa Externa Comum (TEC)⁷ é o que diferencia claramente as uniões aduaneiras das zonas de livre comércio, onde frente ao exterior subsistem distintas tarifas dos Estados membros.

⁵ A Organização Mundial do Comércio seria uma tentativa dessa integração global.

⁶ Da tese defendida por Balassa (1961) de que existem cinco fases sucessivas de integração. Tal classificação pode ainda ser encontrada em autores tais como: Salvatore, 2000; De La Vega, 2007; Hass, 1958.

⁷ Sigla que corresponde a tarifa Externa Comum e que consiste em um imposto de importação comum cobrado sobre mercadorias provenientes de países externos ao bloco.

No mercado comum, além das características típicas de uma união aduaneira, identifica-se pela liberdade de circulação de pessoas, serviços e capitais. O melhor exemplo de mercado comum é a Comunidade Econômica Europeia, que desde 1992 passou a se chamar União Europeia. É também o caso do que se perspectiva para o MERCOSUL.

União econômica caracteriza pela harmonização das legislações econômicas nacionais, pela coordenação das políticas econômicas e pela substituição de certas políticas econômicas nacionais por políticas comuns. Nota-se, então, que além do que foi estabelecido no mercado comum, esta etapa da integração exige a harmonização de políticas econômicas nacionais. Assim, os países membros mudam suas legislações para torná-las coerentes com os princípios estabelecidos na união econômica.

União monetária pressupõe a substituição das moedas dos países participantes por uma moeda comum a todos eles, como é o caso euro, relativamente à maioria dos países integrados na União Europeia.

União econômica ou monetária trata-se de um mercado comum onde há unificação das políticas monetárias e fiscais. Com o estabelecimento da união econômica, a unificação dos mercados é atingida. Com o estabelecimento de autoridades econômicas centrais, os países membros tornam-se efetivamente regiões em um único mercado. Em termos econômicos desaparece, portanto, a soberania de cada nação, que é totalmente transferida para a autoridade central.

Além da união econômica há somente a formação de uma união política, ou uma confederação, onde a região se transforma juridicamente em um único país. Deve-se observar, porém, que essas formas de integração não formam necessariamente estágios de integração.

De acordo com Gonçalves (1998), e como já acima mencionado no início do capítulo várias dessas formas, tais como a área de livre comércio, ou mercado comum, podem ser levados a cabo diretamente, sem que se tenha por objetivo seguir para níveis mais profundos de integração, ou sem necessariamente seguir pare-passo a classificação proposta inicial feita por Balassa.

Desse modo, na prática a formação de um bloco se dá de acordo com as conveniências dos países envolvidos, podendo ser iniciada em qualquer uma das etapas apontadas acima. Assim a classificação de determinado bloco é feita em função de suas principais características

2.4 AS UNIÕES ADUANEIRAS COMO PROPOSTAS INICIAIS DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

As uniões aduaneiras merecem aqui ser objeto de análise, uma vez que podem ser estudadas de vários pontos de vista: de cada membro separadamente, dos membros coletivamente, dos outros países e do mundo. Elas são importantes do ponto de vista histórico e político porque tiveram papéis importantes na formação e consolidação de Estados-nação, como os Estados Unidos.

Kenen (1998) nos fornece um panorama disto ao analisar e considerar que a Constituição dos EUA estabeleceu uma união aduaneira ao conceder ao Congresso o poder de “regulamentar o comércio com Nações estrangeiras e entre vários Estados”. Ao negar aos estados o direito de “cobrar Impostos ou Direitos sobre Importação e Exportação” Bismark, por exemplo, utilizou uma união aduaneira, a Zollverein, para colocar os pequenos estados alemães sob o domínio da Prússia. Outro fato a ser levado em conta é o Tratado de Roma, que estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia, foi considerado o primeiro passo no sentido de unificação econômica e política da Europa.

Na concepção de Kenen (1998) em cada um desses casos acima citados a união aduaneira foi um meio para se chegar a um fim maior, contudo também teve consequências econômicas importantes.

A proposta das uniões aduaneiras, como mecanismo de livre comércio, se fundamenta, está relacionada com a busca de fontes de recursos produtivos, localizados e fornecidos ao menor custo possível por algum dos países que pertencem ao espaço geográfico da união.

Segundo Daza (2005) nos termos da sua concepção geral, o acordo para criar uma união aduaneira tem como propósito essencial: (i) gerar uma área mais ampla de comércio; (ii) eliminar obstáculos à competência entre os países membros, alocar a produção de maneira mais eficaz e; (iii) em conjunto fomentar a expansão do comércio multilateral entre os países participantes.

Nesta perspectiva o autor acrescenta que: “o objetivo final da união consiste em apoiar a aproximação ideal da distribuição territorial da produção entre os países integrados a ela com base nos melhores custos comparativos para seus produtos”.(DAZA 2005 P. 24).

A Teoria Estática das uniões aduaneiras centra sua análise nos efeitos que se verificam na localização da produção decorrentes da especialização, de acordo com as vantagens comparativas e sobre os efeitos que se verificam no consumo resultante da alteração ao nível dos preços. A formação de uma união aduaneira implica, normalmente, a deslocação

geográfica da produção de algumas mercadorias, o que segundo Viner (1950) pode levar tanto à criação de comércio, como ao desvio de comércio.

Nesses termos e de acordo com a análise de Viner, decorre que a criação de uma união aduaneira pode levar tanto a um aumento como a uma diminuição do bem-estar, dependendo da importância relativa da criação de comércio e do desvio de comércio.

Ainda conforme assinala o mesmo autor, quando a criação de comércio domina, a união aumenta o bem-estar de seus membros coletivamente e também o bem-estar mundial. Um membro da união pode sofrer uma perda de bem-estar, mas o ganho dos outros será maior do que essa perda. Os outros países poderão sofrer perdas de bem-estar, mas a união ganhará mais do que perdem. Em contraposição quando o desvio de comércio domina, a união pode reduzir o bem-estar dos seus membros coletivamente, assim como o bem-estar de todo conjunto.

Por sua vez, Porto (2001) acrescenta que a probabilidade de haver uma vantagem líquida com a formação de uma união aduaneira deverá ser maior, primeiro, quando mais elevados tiverem sido os direitos aplicados anteriormente entre os países membros; segundo, quando mais reduzidos tiverem sido os direitos aduaneiros incidentes entre países terceiros; terceiro, quando maior relevo tiver a parte do comércio internacional entre parceiros; quarto, quando maiores tiverem sido as trocas entre os membros antes da integração e por último, quando mais próximos estiverem os países integrados, em virtude dos custos de transporte serem menores.

Desde um panorama mais geral, os potenciais benefícios que a união pode gerar para seus integrantes poderão depender, em grande medida, das diferenças que definem a vinculação da estrutura produtiva de cada um deles no interior da união. Não obstante, segunda Daza (2005) em particular parece possível aceitar que os benefícios da integração esperados pelos países menos desenvolvidos membros de uma união aduaneira podem ser muitas vezes limitados. Tal se explica pelo fato de que estes benefícios dependerem, dentre outros, dos fatores vinculados com a geração de economia de escala que experimentam suas estruturas produtivas internas.

Para Serra (1997) mais importante que os efeitos no bem estar da zona integrada é o efeito que a união aduaneira provoca no bem-estar dos países que dela não fazem parte. Conforme o mesmo autor, o desvio de comércio é prejudicial para o país importador, visto que o produto antes importado do exterior a um preço inferior passa a ser adquirido a um preço superior dentro da área integrada. Assim, a criação de comércio pode beneficiar países

não integrados na união aduaneira, quando o aumento da procura de alguns bens der origem à importação de bens intermédios ou de outros bens de países exteriores.

Nesta mesma linha de pensamento Salvatore (2000) assinala que a união aduaneira pode acarretar tanto na criação quanto no desvio de comércio, elevando ou reduzindo o bem-estar dos países membros da união, em função do peso relativo dessas duas forças opostas. Além disso, o bem-estar dos países não integrados deve reduzir-se dado que os seus recursos económicos poderão passar a ser utilizados de uma forma menos eficiente à que ocorria antes do desvio de comércio.

A teoria estática, por exemplo, analisa os efeitos que a criação de uma união aduaneira provoca na localização da produção que resultam da eliminação das barreiras comerciais e os efeitos que ocorre direta e imediatamente na localização da produção e do comércio. Tais efeitos respeitam os ganhos e as perdas de bem-estar de curto prazo em resultado das alterações na eficiente efetuação de recursos dos países membros, tomando a sua capacidade produtiva como dado.

Além dos efeitos acima mencionados tem ainda os chamados efeitos de longo prazo, que também incidem sobre o bem-estar dos países membros. A teoria dinâmica, por seu turno, estuda tais efeitos, entre os quais se destacam: (i) efeitos provenientes do aumento da concorrência; (ii) efeitos decorrentes do aproveitamento de possíveis economias de escala; (iii) efeitos provenientes de alterações no nível e natureza do investimento; (iv) efeitos resultantes de vantagens de especialização e por último; (v) efeitos da criação e distribuição de rendimentos.

Na análise do primeiro dos efeitos acima mencionados, é possível afirmar que a abolição de barreiras ao comércio entre países que formam a união aduaneira, implica um inevitável aumento da concorrência, na medida em que o mercado interno de cada um dos países passa a apresentar idênticas condições de acesso para todas as empresas da união. Fato este que exerce enorme pressão sobre os níveis de eficiência e produtividade das empresas, através de uma alteração dos métodos de produção, contribuindo, assim, para um abaixamento dos respectivos custos. Como consequência do aumento da concorrência verifica-se uma diminuição da influência técnica, que impede a maximização da produção com um dado volume de recursos.

No que diz respeito às economias de escala que uma união aduaneira pode induzir, são suscetíveis de resultar tanto da fusão de empresas que o aumento da concorrência vai provocar, quanto da possibilidade de explorar um mercado mais amplo proporcionado pela integração. Com efeito, o afastamento de barreiras ao comércio entre países que fazem parte

da união aduaneira provoca um aumento de trocas no seu interior, o que a despeito dos efeitos acima mencionados, conduz à crescente especialização das unidades produtivas traduzindo-se num ganho ou vantagem de integração econômica.

A formação de uma união aduaneira tem também consequências importantes quer no volume, quer no padrão do investimento e, por conseguinte, no nível do crescimento econômico. Com efeito, pode ocorrer aumento no volume de investimento em consequência da maior confiança dos investidores induzida pela estabilidade das regras comerciais entre os países membros, o que por sua vez, faz com que diminua o risco dos importadores e exportadores, uma vez que, fica afastado o receio da implementação de políticas protecionistas por parte dos parceiros envolvidos no comércio.

Para além dos efeitos acima referidos, há outros que lhes estão associados, designadamente as alterações no nível de estrutura econômica dos países membros, o seu crescimento econômico e o aumento do emprego. Nestes termos, conforme assinala Silva (1984), o aumento significativo do crescimento econômico e da eficiência na afetação de recursos, resultantes da formação de uniões aduaneiras, advêm muito mais da ação dos elementos dinâmicos presentes no processo de integração do que dos efeitos estáticos.

Entretanto, o mesmo autor salienta que, apesar dos avanços até agora obtidos no que diz respeito ao conhecimento sobre o atual processo de integração econômica e as suas consequências, o estudo desta matéria ainda se mantém mais empírico do que teórico.

Segundo Gilpin (2001), as novas teorias do comércio e desenvolvimento têm influenciado fortemente as opiniões dos economistas sobre a integração regional. Enquanto a análise de Viner nas teorias clássicas do comércio e do crescimento econômico pressupunha a existência de concorrência perfeita e a ausência de custos de transporte, as novas correntes explicativas assentam no aproveitamento de economias de escala e consequências favoráveis da integração tais como a transferência de investimento direto, o que beneficia as empresas situadas no interior do agrupamento do que firmas exteriores.

2.5 AS VANTAGENS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Ao falar das vantagens da integração regional vale sempre ter em mente que as condições necessárias para uma integração com êxito têm como base, sobretudo a existência de interesses em comum entre os atores envolvidos. Para Torrent (2006) há que existir expectativas no que se refere à possibilidade de ganhos com a cooperação.

Conforme ressalta Gonçalves (1998) o debate teórico sobre a economia do desenvolvimento no pós-guerra teve como principal consequência a ideia de que as vantagens comparativas não eram estáticas, mas sim dinâmicas. Essas, portanto, seriam construídas por políticas públicas adequadas. As estratégias da industrialização lideradas pela criação do Estado viabilizariam, por meio de um crescimento equilibrado ou não, a montagem de um setor moderno capaz de competir com economias que se industrializaram em períodos anteriores.

Entretanto, o mesmo autor salienta que estas estratégias de crescimento liderado pela ação do Estado dependiam da capacidade deste financiar sua intervenção econômica e, ainda, da dimensão do mercado doméstico para viabilizar uma escala de produção compatível com os objetivos almejados. Contudo, para a grande maioria dos países subdesenvolvidos, o mercado doméstico era restrito e os recursos disponíveis para a ação dos Estados, limitados. Assim sendo, a integração econômica entre países em desenvolvimento seria uma alternativa para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento que seria irrealizável nas dimensões de pequenas economias periféricas.

Tendo em mente o acima exposto, conclui-se que os projetos de integração propostas nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial eram entendidos por seus formuladores como instrumento político para construção de estratégias regionais de desenvolvimento econômicos e de construção de suas vantagens competitivas.

Neste sentido o próprio Gonçalves deixa claro que:

Embora a criação do comércio em decorrência de reduções tarifárias fosse o principal foco, esta era vista como uma forma de ampliar a escala de produção e viabilizar uma estratégia de desenvolvimento que não era possível ser implementada no espaço econômico de cada país isoladamente. (GONÇALVES, 1998, P.84).

Hoje os argumentos empregados pelos teóricos em apoio à integração econômica formam um repertório amplo de razões. Tamames (1998) elenca os seguintes: as economias derivadas da produção em grande escala; a intensificação da competência dentro de um mercado mais amplo; a atenuação dos problemas de balança de pagamentos pela poupança de divisas conversíveis; a possibilidade de desenvolver atividades dificilmente levados a cabo por determinados países de forma isolada, devido a devido a insuficiência de seus respectivos mercados; o aumento do poder de negociação frente a países terceiros ou frente a outros agrupamentos regionais; formulação mais coerente da política econômica, assim como a inevitável necessidade a médio ou longo prazo de introduzir reformas estruturais que no

contexto de um *status quo* nacional poderia ser adiada *sine die*⁸; e finalmente, a possibilidade de conseguir sobre a bases de um rápido processo de integração uma aceleração do desenvolvimento econômico e não simplesmente do crescimento.

Fornecendo ao leitor um panorama mais amplo e para nossa melhor compreensão e uma abordagem mais profunda abaixo são analisados cada desses argumentos separadamente⁹.

Economia de escala: as economias de escala são o resultado de uma maior eficiência, baseada uma dimensão adequada de uma planta industrial, que permite custos médios unitários mínimos e que possibilita a competência no mercado internacional. Para que as economias de escala se dêem na realidade são necessárias grandes empresas, que unicamente podem surgir com vistas a mercados muito amplos, ou como consequência da concentração de empresas preexistentes dentro de uma área em processo de integração.

Intensificação da competência: ampliação do mercado resultante da integração pode conduzir a certa intensificação da competência. Em um mercado nacional estreito, determinadas produções para serem rentáveis têm de ser realizados por uma única firma, pelo contrário, em vasto mercado comum seriam várias as que trabalham com uma dimensão próxima da ótima, competindo entre si, e com uma serie de efeitos favoráveis para o consumidor: preços mais baixos, melhor qualidade, aceleração do processo tecnológico, etc.

Atenuação dos problemas da dívida internacional: em geral os problemas de balança de pagamento começam a ser considerados graves quando conduzem a contração das reservas de divisas conversíveis. Por isso, tudo o que pressupõe um melhor aproveitamento dessas divisas pode de certa forma ser utilizado transitoriamente num esforço para manter um nível de reservas adequadas e, sobretudo, para agilizar o comércio internacional, o qual constitui um pré-requisito para acelerar a integração.

Possibilidade de desenvolver novas atividades difíceis de empreender isoladamente: a cooperação e a intensificação econômica oferecem exemplos de que existe a possibilidade de desenvolver novas atividades no campo tecnológico e industrial, praticamente impossíveis na escala nacional. As grandes obras hidroelétricas, as novas indústrias (eletrônica, informática, satélites), o desenvolvimento da petroquímica até suas últimas ramificações, a energia atômica de fusão, são todas elas, empresas que normalmente os países menores não podem

⁸ Do latim significa sem dia ou sem data marcada.

⁹Esta descrição é feita com base na coletânea do autor Ruesga Benidito Santos na obra intitulada: "Europa e Iberoamerica: dos escenarios de integración".

desenvolver por si próprios de forma individual. Mas, onde eles puderem participar efetivamente, em maior ou menor medida, se agrupam regionalmente.

Aumento do poder de negociação: no intuito de medir o poder de negociação de um país, fazendo abstração de sua força militar, se podem tomar alguns dados formados à base do Produto Interno Bruto (PIB), o volume do comércio ou a capacidade de financiamento externo. Normalmente um país tem maior poder de negociação em suas relações econômicas internacionais quando maiores são as três magnitudes citadas. Nesse sentido o poder de negociação cresce mais que proporcionalmente por meio da integração.

A formação mais coerente da política econômica nacional: este é um elemento que com frequência se envolvida ao estimar as vantagens da integração econômica, sendo não obstante, um dos que tem maior relevância a curto ou médio prazo. Um país com quanto cresça à margem de toda a classe de integração e cooperação, pode levar a cabo a política que melhor lhe convêm, enquanto seja compatível com suas aspirações unilaterais. A participação em determinados organismos internacionais ou a adesão de certa disciplina monetária, tarifária, comercial, etc. e, um passo mais adiante, a integração econômica, pelos maiores compromissos que traz e pelos maiores riscos, implica numa melhora da própria política econômica, assim como a realização de transformações importantes na estrutura econômica nacional.

A integração econômica e as transformações estruturais: a incidência da integração econômica sobre as transformações estruturais, as perspectivas, não são tão claras como no caso da influencia sobre a política econômica nacional. Os processos de integração se dão fundamentalmente para possibilitar uma industrialização competitiva. Por sua vez, a industrialização não é possível sem o setor agrário que garanta o abastecimento de alimentos a baixo custo. E este último só é fatível com uma política agrária que canalize até o campo os recursos necessários para introduzir nele a necessária revolução tecnológica e a reestruturação das expropriações. É verdade dizer que o mesmo sucederá nas demais áreas de transformação estrutural- tributação, crédito, educação, administração pública, etc.- que deverão ser levados a cabo num futuro próximo, e não somente pelo crescimento demográfico e a industrialização, como também, pela competência crescente na área da integração e pela própria dinâmica da integração.

A aceleração e o alcance de um alto nível de desenvolvimento: a melhor evidência da eficácia da integração- se pode afirmar incorrendo no clássico tópico de crescimento- é se acelera ou não o desenvolvimento econômico e se contribui ou não para manter altos níveis de emprego. Assim, entre os críticos da integração europeia que durante os anos 60 sustentaram

duas teses contrapostas: a integração econômica na Europa (CEE) – diziam uns- foi possível graças ao fato de que seu começo tenha coincidido com uma excelente fase da conjuntura. A tese contrária argumenta que a integração econômica tem contribuído para acelerar o desenvolvimento da economia européia.

Disso se conclui que a integração pode resultar em grandes benefícios para o conjunto de países que se propõem a promover o desenvolvimento industrial. Entretanto, nada garante que haja harmonia na sua distribuição. Acrescenta-se que a opção pela integração com vistas ao desenvolvimento econômico implica negação à análise estática de Viner acerca da criação de desvio de comércio.

Gonçalves (1998) define desvio de comércio como o mecanismo de redução de comércio com os países não membros da união aduaneira, em benefício do aumento do comércio inter-regional. Dito de outra forma, produtos importados de fora da região passam a ser preteridos por produtos produzidos na região, em função da tarifa externa comum e da liberalização intra-regional.

Portanto, haverá desvio de comércio quando, na sequência de formação de uma união aduaneira entre um grupo de países, se observa uma deslocação geográfica da produção de uma fonte com custos mais reduzidos para uma fonte com custos mais elevados. Com estas características, o desvio de comércio está associado a um efeito protecionista que dificulta as livres trocas no interior da união aduaneira e gera uma perda de bem-estar para as empresas particulares dos países envolvidos.

Neste contexto, se levado em consideração que modelos de substituição de importações visam desenvolver a produção regional dos bens antes importados, concluiremos que o processo de integração será tanto mais bem-sucedido, quanto maior for o desvio de comércio. Por outro lado, segundo (CARVALHO 2000; SILVA 1999) o desaparecimento de certas atividades econômicas devido à concorrência de bens produzidos no território de outros países membros do bloco, sinônimo de criação de comércio, nada tem de favorável, pois implica diminuição dos investimentos e perda de dinamismo para o país.

Do acima exposto se depreende, que em determinadas situações os aspectos positivos se veem enriquecidos por uma série de elementos que advêm não somente da dificuldade da integração, como também de suas consequências negativas. Neste contexto, Fuji (1998) refere a aspectos tais como a imposição de modelos de funcionamento econômico que uma das partes recusa para si e, no entanto propõe e às vezes impõe ao menos monetariamente, ao resto do espaço em que se integra.

Assim sendo, fica patente que os benefícios derivados de um processo de integração não são necessariamente homogêneos e simétricos para todos os países. Antes pelo contrário, os benefícios esperados dependem em grande medida de como estes se posicionam dentro do processo de integração. Conforme Daza (2005) incluso nisto tudo, existe o risco de que o processo de integração entre nações reforce padrões ou modifique estruturas de produção com resultados pouco favoráveis para modernizar a atividade produtiva dos países menos avançados.

Portanto, de acordo com (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE-CEPAL, 1994) para impulsionar a transformação e a modernização produtivas do conjunto de países membros é necessário promover a integração internacional que considere o desenvolvimento adequado do processo para todas as economias com ingredientes tais como: a aquisição e a difusão de informação, os serviços e a capacidade financeira, o fluxo recíproco de pessoas e tecnologia, a integração comercial, os benefícios ao sistema econômico e institucional, e o fomento de modelo de desenvolvimento que implique crescimento com equidade.

A integração internacional vista como a representação de um cenário mais complexo de associação entre países tem resultado na interação entre dois tipos de fenômeno. Conforme CEPAL (1994) por um lado, se podem apreciar as políticas de abertura e desregulamentação econômica que contribuem para potencializar o comércio e investimento entre economias. E por outro lado, acordos ou políticas explícitas que geram efeitos positivos como as economias de escala, boas expectativas para o investimento nacional ou estrangeiro, o progresso tecnológico e a articulação produtiva entre os países participantes.

Quando se gera uma maior integração internacional existe a possibilidade de impulsionar uma dinâmica mais propícia para desenvolver a competitividade sistêmica dos países integrados, fato que impacta positivamente tanto a integração vertical dos aparatos produtivos envolvidos, como o mercado gerado no interior do bloco. Isto é, como aponta Daza (2005) a maior integração internacional se transforma em um processo mais dinâmico, o qual sustenta a convergência das relações de produção e de comércio entre os países no interior do bloco.

Outros benefícios da integração internacional concebidos por seus defensores se referem à contribuição que a integração pode proporcionar aos seus integrantes para fazer frente aos efeitos negativos da transformação da economia mundial.

Filippo (2003) e Franco (2003) destacam dois aspectos neste cenário. O primeiro é o apoio financeiro no interior da integração que permite aos países membros enfrentar em

melhores condições a desestabilização especulativa de fluxos de capital internacional, particularmente, em economias emergentes. O segundo aspecto é a estabilidade do crescimento econômico em duplo sentido, melhorando por um lado, a competitividade das políticas econômicas e por outro, a convergência de equilíbrios macroeconômicos entre as economias participantes apoiadas no impulso da competência sistemática de seus membros.

Os autores acima citados, ainda acrescentam que a busca de estabilidade macroeconômica, os processos rápidos de liberalizações unilaterais, a redução de obstáculos para o ingresso de capital internacional e o mecanismo de privatização em áreas importantes da atividade econômica, são no caso, alguns exemplos de reorientação que algumas economias têm experimentado, com o objetivo de encontrar os benefícios oficialmente difundidos da integração internacional.

Dentro desta perspectiva, Daza (2005) afirma de certo que se tem verificado um esforço desses países no sentido de melhorar sua inserção na economia mundial, em resposta ao fenômeno da globalização adotando políticas de abertura e desregulamentação com o propósito de efetuar sua ligação internacional com as economias de escala, as expectativas de investimento, o progresso tecnológico e a articulação produtiva.

2.6 AS CAUSAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Segundo Gilpin (2001), o interesse dos economistas pela integração tem-se pautado pelas consequências que decorrem de agrupamentos regionais no tocante ao bem-estar tanto dos países membros como dos não membros, enquanto os esforços dos cientistas políticos têm estado mais relacionados com as causas da integração econômica e política.

É dito que além de questões econômicas e políticas que sempre estiveram na base do primeiro período de integração regional, questões de segurança e de defesa surgem para ampliar os motivos que levam os países a buscar uma inserção cada vez mais global.

As teorias explicativas deste fenômeno são várias, tanto econômicas, quanto políticas. Como descrito pelo mesmo autor, as principais abordagens que os economistas fizeram para explicar a integração regional surgiram do novo institucionalismo e da nova economia política. Na concepção deste autor, a abordagem do novo institucionalismo assume que as instituições internacionais, incluindo as regionais, a exemplo da União Europeia, são estabelecidas para vencer falhas do mercado, resolver problemas de coordenação e/ou eliminar obstáculos à cooperação econômica. Apesar de fornecer conteúdos valiosos, o novo institucionalismo não atende aos motivos puramente políticos na formação dos agrupamentos

regionais, o que muitas vezes constitui razão principal da integração econômica. (GILPIN, 2001).

Do mesmo modo, Hass (1995) considera relevante o fato de a nova economia política realçar os interesses de grupos políticos e assume que os agrupamentos regionais de comércio têm significativas consequências distributivas que são normalmente nocivas não apenas para os países não membros, mas também para os países membros que possuem menor poder dentro do agrupamento onde estão integrados.

A teoria marxista de integração, preconizada por Ernest Mendel, refere que a integração econômica em geral e os movimentos para a integração política europeia, em especial, se explicam pelos esforços das classes políticas transnacionais, com o intuito de aumentar a escala de acumulação de capital.

No entanto, muitos autores, a exemplo de Gilpin, reforçam que tais teorias não oferecem uma explicação satisfatória para a integração econômica. Justifica tal posição argumentando que os economistas assumem que a decisão política geralmente empreendida com a finalidade de criar uma entidade econômica maior é um dado e apenas se ocupam da análise das consequências no bem-estar decorrentes daquela tomada de decisão e relacionam tais consequências somente com alguns dos aspectos do processo de integração econômica.

Conclui-se a partir desta análise, que além de fatores puramente econômicos existem, entretanto, fatores que transpassam a natureza econômica, determinam e explicam as causas integração regional, os quais devem merecer destaque, não só para se compreendermos a importância conferida à integração regional, mas também o efeito que esses fatores têm nos países integrados e não integrados e nas respectivas populações. Serão objetos de análise em seguida.

2.7 AS TEORIAS POLÍTICAS DA INTEGRAÇÃO

Como dito no parágrafo acima para uma abordagem mais completa do processo de integração, além dos fatores econômicas que explicam tal processo, é de capital importância também, analisarmos os fatores políticos.

Ao passo que as teorias econômicas de integração centram sua análise fundamentalmente nas causas da integração regional, as teorias políticas têm estado mais ligadas à explicação do processo que constitui a União Europeia. Segundo Gilpin (2001) os cientistas políticos têm manifestado interesse na integração política e econômica desde há

muito tempo, mas nenhum formulou teorias gerais antes do movimento da integração europeia.

Poderá se pensar o processo de integração regional pela ótica realista quanto pela ótica idealista. Como aponta Keohane (1986) na primeira, qual seja a ótica realista, pensa-se o Estado como um ator único com interesses definidos e, de certo modo, constantes. Conhecida também como paradigma Estado-cêntrico, coloca os Estados como atores centrais da política mundial, fazendo uma divisão entre a alta política e a baixa política. Os Estados ainda são vistos como atores racionais que operam num ambiente internacional anárquico caracterizado pela luta em torno do poder, o que faz do conflito o aspecto dominante do paradigma.

A escolha racional orienta a ação do Estado em busca da maximização dos valores com vista à realização dos objetivos (ALLISON, 1988). Pensar integração regional sobre esta ótica é possível, mas esbarra no nível de aprofundamento do processo. Esta perspectiva preserva a integridade do conceito de Estado Nacional.

Portanto, conforme assinala (MARIANO; MARIANO, 2002), neste contexto, a integração só pode ser pensada como uma alternativa num sistema mundial incerto desde que não crie estruturas supranacionais. É entendida como uma opção temporária dos Estados face às dificuldades de inserção internacional. Trata-se, no entanto, de uma visão um tanto o quanto estática das relações internacionais de modo que, a experiência da integração europeia colocou em xeque esse tipo de análise.

No que se refere à ótica idealista, as experiências de cooperação podem ser abordadas partindo do pressuposto de que a cooperação entre os Estados tende a minimizar o risco de conflitos. Neste sentido, o processo de integração regional, é a princípio, um tipo de cooperação entre Estados visando regulamentar ou ordenar o contexto internacional. Trata-se de uma estratégia para melhorar a capacidade individual de lidar com problemas que, isoladamente, não conseguiriam ou enfrentariam maiores dificuldades.

Além das duas abordagens acima resumidamente apresentadas, as principais teorias de integração regional, no âmbito político, são fundamentalmente as seguintes: federalismo, funcionalismo, neofuncionalismo, neo-institucionalismo e o intergovernamentalismo. Ambos estariam na sua maioria ligados ao processo de integração europeia.

Badir (1992) define o federalismo como sendo uma organização política na qual dois ou mais Estados mediante um tratado ou acordo, decidem formar uma união governamental com uma autoridade central que possa respeitar a autonomia local.

Esta corrente, portanto explica a integração regional pela criação de instituições para os quais o Estado transfere soberania, de forma voluntária. (CARDOSO, 2004). O processo

federal é sustentado pela força exercida por uma elite política, muitas vezes conduzida por uma personalidade de relevo dos Estados que promovem a integração, como parece acontecer com a União Europeia. O processo será tanto mais rápido quanto maior for a pressão de uma ameaça externa, quer seja de natureza militar, quer implique a prosperidade ou os valores partilhados em comum.

Todavia, com a exceção da experiência europeia, não há exemplos que provem sua eficácia, conforme assinalado por Gilpin (2001) ao referir que historicamente, a integração política de entidades politicamente independentes resultou da conquista militar ou de união dinástica e nenhum destes métodos conduz necessariamente à criação de uma economia integrada.

O autor reforça tal ideia ao afirmar que a teoria federalista não tem um impacto decisivo em matéria de integração, uma vez que são reduzidos os casos de sucesso¹⁰.

A teoria funcionalista, por sua vez, considera que a forma mais segura para alcançar a integração e a paz é a cooperação ao nível de determinadas tarefas funcionais, tanto de natureza técnica quanto econômica, ao invés da criação de novas estruturas institucionais no plano político. Nesta perspectiva, Oliveira (1999) assinala que as organizações internacionais funcionais estariam mais habilitadas do que os Estados, para levar a cabo determinadas tarefas.

Para a teoria funcionalista, o desenvolvimento econômico e tecnológico faz da integração política uma situação possível e necessária. O problema da guerra pode ser resolvido através de intervenções em áreas funcionais específicas, como por exemplo, na saúde, serviços postais, comunicações, etc. O mundo integrado econômico e tecnologicamente deu lugar a muitos problemas tecnicamente complexos que os Estados individualmente não podem tratar de modo eficaz, mas que organizações internacionais resolveriam. Acrescenta-se ainda que, os Estados-nação, em interesse próprio, deveriam estabelecer tais organizações internacionais para levar a cabo as atividades requeridas e oportunamente sentiriam as vantagens da cooperação pacífica, diminuindo a importância das fronteiras políticas (MARIANO; MARIANO, 2002).

Pode-se assim concluir, que os funcionalistas, preconizando acordos institucionais mais amplos do que os propostos pelos federalistas, defendem o estabelecimento de instituições geridas em conjunto pelos estados integrados.

¹⁰Nas palavras de Heckly (1999), o federalismo dos EUA tem funcionado bem devido à forte tradição democrática dos norte-americanos e à sua participação ativa na vida associativa.

A teoria neofuncionalista, por sua vez, foi utilizada para explicar processos de integração, especialmente o europeu, no seu início¹¹. Para os neofuncionalistas integração significa o processo de transferência das expectativas excludentes de benefícios do Estado-nação para uma entidade maior.(HASS, 1964).Isso ocorreria quando todos os tipos de atores parassem de se identificar e os seus benefícios futuros inteiramente com seus próprios governos nacionais e suas políticas. Essa nova identificação segundo o mesmo autor, não deve, no entanto, ser entendida como uma tentativa de estabelecer um novo modo de vida, mas de garantir a continuidade do velho.

Hass (1963) identificou quatro motivações básicas para uma integração regional:

- a) o desejo de promover a segurança numa dada região, realizando a defesa conjunta contra uma ameaça comum;
- b) promover a cooperação para obter desenvolvimento econômico e maximizar o bem estar;
- c) interesse de uma nação mais forte em querer controlar e dirigir as políticas de seus aliados menores, por meio da persuasão, de coerção ou de ambos;
- d) a vontade comum de construir a unificação de comunidades nacionais numa entidade mais ampla.

Esse autor reconhecia que nem todas as alianças regionais resultam em integração de mercado. A integração podia se traduzir numa força armada unificada mais ampla, capaz de deter um inimigo que, isoladamente, não seria possível barrar. Essa preocupação esteve presente nos primórdios da União Europeia, cujos integrantes se sentiam ameaçados pela União Soviética. Porém, com o fim da Segunda Guerra Fria, esse tipo de motivação foi perdendo espaço para uma nova forma de ameaça: a competição econômica dentro de um mundo globalizado.

Central ao neofuncionalismo é a idéia de “*spillover*”¹² de uma área de integração para outra. Os processos de *spillover* acabam por gerar cooperação política. Os seguidores argumentam que o aumento dos níveis de interdependência poria em movimento um processo de cooperação que poderia levar à integração política.

¹¹ As ideias básicas dessa teoria estão ligadas ao trabalho de Hass (1958), que argumenta que a economia, a tecnologia e outros desenvolvimentos no decurso do século XX conduziram os Estados para a integração econômica e política.

¹² O termo *spillover* não possui tradução teórica específica, no entanto, esta supõe a existência de um núcleo funcional com capacidade autônoma de provocar estímulos integracionistas, incorporando ao longo do tempo, novos atores e sectores relevantes.

De acordo com Hirst: “*spillover* supõe a existência do núcleo funcional com capacidade autônoma de provocar estímulos integracionistas, incorporando, ao longo do tempo, novos atores e setores relevantes”. (HIRST, 1991, P. 42). Esse fenômeno ocorre quando políticos e elites percebem que a integração pode produzir mais benefícios econômicos do que sacrifícios e tentam por isso influenciar suas instituições centrais.

Diante do aumento de interesses de grupos organizados, a teoria conclui que o *spillover* pressiona pela criação de uma burocracia voltada para administrar as questões referentes à integração, de preferência com caráter supranacional, pois dessa forma poderia apagar as diferenças nacionais entre os diversos grupos setoriais que se sentem ameaçados.

Neste sentido, (MARIANO; MARIANO, 2002) admitem que soluções de cunho regional facilitam a aplicação de políticas compensatórias, ao diluir o custo das mesmas no conjunto do bloco econômico, apesar de exigir maior capacidade de coordenação e cooperação entre países. Ou seja, o *spillover* influencia a estrutura institucional ao explicar sua incapacidade de atender às novas demandas da realidade.

Entre as doutrinas funcionalistas e neofuncionalistas existem grandes diferenças. De acordo com Fernandes (1991), enquanto a primeira dilui as soberanias existentes nas organizações intergovernamentais, a doutrina neofuncionalista diminui as soberanias políticas existentes através da criação de uma soberania de nível superior. São as elites socioeconômicas que promovem os processos de integração pela via neofuncionalista, enquanto o desenvolvimento crescente de uma lealdade às organizações supranacionais constitui o ponto central do funcionalismo. Enquanto, a doutrina funcionalista pressupõe que a formação de uma comunidade política precisa ser articulada com cooperação técnica, para os neofuncionalistas, a dimensão política precisa ser articulada com a cooperação técnica através da criação de instituições centrais.

No entanto, Fernandes (1991) assinala que não obstante, o papel desempenhado no desenvolvimento das teorias de integração europeia, a maior parte das teorias neofuncionalistas caiu em desuso, principalmente por não terem conseguido explicar adequadamente a realidade da integração europeia, que foi o seu único estudo de caso importante. Tão logo surgiram novas propostas sobre a interpretação da integração econômica e política, nomeadamente o neoinstitucionalismo e intergovernamentalismo.

Os neo-institucionalistas, cujo expoente máximo é Robert Keohane, enfatizam a necessidade de instituições internacionais para resolver as falhas de mercado, os problemas econômicos e também os problemas que decorrem da integração econômica e política.

A presença de instituições internacionais no sistema político mundial de acordo com Keohane (1989) influencia o comportamento dos governos e é central para analisar a cooperação entre os Estados, ao supor que os arranjos institucionais afetam, às vezes condicionam, as ações governamentais.

Esta teoria ainda pressupõe que os autores possuem pelo menos alguns interesses comuns, entendendo a cooperação como forma de obter potencialmente ganhos, onde as instituições são vistas como regras organizadas, códigos de conduta e estruturas que proporcionam ganhos significativos ao resolverem os problemas coletivos. (COLEMAN, 1998).

A importância dessas instituições está na sua influência sobre os interesses dos Estados, na sua capacidade de promover ações que, de outra maneira, parecem impensáveis na forma como alteram os custos das alternativas. Esta importância não é condicionada pelo grau de institucionalização.

Não obstante, do ponto de vista de Keohane (1989), os institucionalistas não elevam os regimes internacionais a posições míticas de autoridade sobre os Estados, ao contrário, entendem que tais regimes são criados pelos Estados para alcançarem os seus objetivos. Para poderem enfrentar os dilemas de coordenação e colaboração sob condições de interdependência, os governos procuram instituições internacionais que lhes permitam alcançar os objetivos por uma via de ação coletiva limitada.

A análise institucionalista permite, em última instância, entender quais são os canais de representação das demandas emergentes da sociedade que irão influenciar a formulação da política externa. Neste sentido, conforme (MARIANO; MARIANO, 2002), as estruturas burocráticas que efetivamente participam e coordenam a integração são atores decisivos porque influenciam de fato as decisões a partir de seus próprios objetivos enquanto organizações. Sua influência é determinada pelo que se esperam e idealizam como sendo o seu papel no andamento da integração.

Entretanto, para Keohane, não obstante, a abordagem neo-institucionalista ter desempenhado um papel relevante no desenvolvimento do pensamento sobre as instituições regionais, não conduziu a uma teoria específica de integração.

No que concerne ao intergovernamentalismo, Gilpin (2001) é de opinião de que se trata da mais significativa abordagem da ciência política relativamente à integração econômica e política e acrescenta a que teoria em questão realça os interesses econômicos como principal força condutora da integração regional, a qual, ao colocar em evidência a importância das instituições regionais, atribui um papel central aos governos nacionais.

Esta teoria supõe que os Estados são atores dotados de certa racionalidade, cujo comportamento reflete as pressões sofridas internamente, vindas de grupos presentes na sociedade e de pressões externas criadas pelo próprio ambiente internacional. Dizer que o Estado é racional, de acordo com Gilpin (2001) implica supor que este é minimamente racional, sendo capaz de formular um conjunto de fins e objetivos com algum grau de ordenamento quanto à sua importância e de criar parâmetros para a tomada de decisões.

A propósito Moravcsik (1994), principal expoente dessa corrente, acrescenta que o aspecto racional deste tipo de ação encontra-se no fato de as decisões governamentais não serem aleatórias, porque os governos possuem, segundo Oliveira (1999), a capacidade de avaliar as diferenças alternativas e de decidir de acordo com os custos e benefícios que a decisão representa.

Tanto os intergovernamentalistas quanto os neofuncionalistas apontam para o fato de a integração ter impactos sobre as sociedades envolvidas, especialmente nos aspectos econômicos, afetando os interesses de grupos que as compõem, sejam eles organizados ou não.

Entretanto, o intergovernamentalismo não é uma teoria específica de integração regional tal como foi a neofuncionalista. Trata-se, grosso modo de um modelo teórico de relações internacionais que pode ser aplicado em casos de integração regional. Está baseado em suposições sobre o papel do Estado numa cooperação multilateral. É, em última instância, uma perspectiva histórica e estática para as influências de interesses nacionais sobre os resultados da política de integração. Para esta teoria, a integração não provoca alterações nos Estados participantes.

Ora alguns autores discordam desse ponto de vista, ao acreditar que a integração regional distingue-se da cooperação multilateral justamente pelo fato de promover mudanças significativas nos Estados envolvidos. Ademais, consideram o intergovernamentalismo como uma teoria parcial, útil para explicar as principais barganhas na integração, mas não o processo em si.

Autores como Moravcsik e Hoffman, por exemplo, entendem a integração regional como um regime que reduz significativamente os custos de transação de seus integrantes e possui caráter legal, isto é, capacidade de aplicar sanções.

Em síntese, podemos concluir que as teorias políticas da integração, estando intimamente ligadas à integração europeia, que procuram explicar, não atingem tal objetivo, na medida em que se consideram todas as peculiaridades que caracterizam tal processo de integração em constante aperfeiçoamento.

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA UNIÃO AFRICANA: ORIGENS E DESAFIOS

Neste capítulo iremos apresentar como se foram criando as condições para começar a União Africana, neste sentido, primeiramente faremos uma breve contextualização de duas instituições antecedentes a ela e que marcaram profundamente a história recente do continente negro.

Nas palavras de Ribeiro: “[...] seria incorreto discutir a UA sem referir a duas instituições que marcaram a trajetória do continente africano na segunda metade do século XX: a Conferência de Bandung e a Organização da Unidade Africana.” (RIBEIRO, 2007, P. 1).

O mesmo autor acrescenta que estas duas instituições, conforme mencionado, além de terem marcado a trajetória dos Estados africanos, traçaram formas que nos permitem considerar e de certo modo, avaliar a evolução tanto de acordos, quanto de organizações regionais que vêm sendo promovidos no continente (Ribeiro 2007).

Julgando-se oportuno e necessário, inicialmente far-se-á, portanto, uma breve consideração a respeito destas instituições para posterior análise, aprofundamento e cabal entendimento da União Africana.

3.2 A CONFERÊNCIA DE BANDUNG

A realização desta conferência se insere num contexto em que a descolonização além de ser influenciada por motivações políticas, foi também fortemente apoiada pela realização de fóruns internacionais a fim de discutir a temática.

É neste contexto que se daria a realização da Conferência de Bandung, no dia 18 de abril de 1955, com a participação de 29 Estados e 36 convidados¹³. O objetivo desta conferência era fundamentalmente a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo dos Estados Unidos da América, da União Soviética ou de qualquer outra nação considerada imperialista¹⁴.

¹³Participaram da conferência os seguintes países: Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Laos, Líbano, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Japão, Índia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel, República Democrática do Vietnam, Irão, Iraque, Vietnam do Sul, Nepal e o Yemen do Norte, bem como os seguintes países africanos, como a Etiópia, Líbia, Libéria e o Egito.

¹⁴ Conferência de Bandung, artigo disponível em WWW.diario-universal.com. Acesso em: Agosto de 2012.

Rodrigues (1961) descreve esta como sendo realmente a primeira conferência afro-asiática que teve um significado histórico tanto quanto ao das Nações Unidas, em São Francisco. Colabora para tal, o fato da referida conferência ter não só representado cerca de 60% da população mundial, bem como evitado a assistência de países a exemplo dos Estados Unidos e União Soviética.

A conferência, além de sinalizar o interesse de seus países membros de participar de forma ativa e propositiva no sistema internacional, conferiu apoio aos territórios afro-asiáticos em processo de descolonização, condenou o imperialismo e o racismo, como também, chamou a responsabilidade para os países imperialistas. (MENEZES, 1956).

Ademais, foi apresentada nesta conferência a noção de Terceiro Mundo e os princípios básicos dos países não alinhados, ou seja, uma postura diplomática e geopolítica de equidistância das Superpotências. Apesar do não alinhamento, os países que declararam ser socialistas, salientaram que não iriam se alinhar ou sofrer influência Soviética.

Conforme Ribeiro (2007), sob a denominação de nações terceiro-mundista, a par da defesa do princípio de não alinhamento e de autodeterminação, este grupo também se mostrava contra segregação racial e pautava também pela redução de arsenais nucleares e estabelecimento de formas pacíficas de resolução dos conflitos internacionais.

Entretanto, de acordo com Greenfield (2011), longe de representar uma frente unida contra o racismo, o neocolonialismo e o imperialismo, a Conferência de Bandung caracterizou-se pelas divisões e pelo conflito dentro da Ásia e África, os quais não somente minaram a capacidade dos nacionalistas do Terceiro Mundo para desafiar o imperialismo estadunidense, mas também reafirmaram a legitimidade das ambições imperiais estadunidenses¹⁵.

Ademais ficou claro que o não alinhamento não foi possível no contexto da Guerra Fria, onde a URSS e os EUA cada vez mais procuraram expandir as suas áreas de influências. No lugar do conflito Leste-Oeste, Bandung criou o conceito de conflito norte-sul, expressão de um mundo dividido entre países ricos e industrializados e países pobres exportadores de produtos primários.

¹⁵ Texto para pós-graduação - Bandung - Imperialismo e nacionalismos por Gerard Greenfield disponível em www.joseluizquadrosdemagalhaes.blogspot.com.br. Acesso em: 28 de agosto de 2012.

Segundo Ribeiro dez princípios permearam a Conferência de Bandung:

1. Respeito aos direitos fundamentais, de acordo com a Carta da ONU;
2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
4. Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outro país;
5. Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente, de acordo com a Carta da ONU;
6. Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada a servir os interesses particulares das Superpotências;
7. Abstenção de um ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta da ONU;
9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação;
10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais. (RIBEIRO, 2007, P.2).

Esses dez princípios defendidos na conferência são conforme o autor acima citado, retificados na época pelo presidente de Iugoslávia, Josip Broz Tito, pelo ministro indiano Nehru e por último, pelo presidente egípcio Gama Abel Nasser. De modo que a partir de então, as propostas de Bandung passam a ter um peso mais significativo no processo de descolonização. Percebe-se, ainda que modesto, o peso do bloco afro-asiático no equilíbrio do poder mundial e o seu direito de também desempenhar um papel ativo no debate internacional.

De acordo com Pinheiro (1998), conforme citado por Ribeiro (2007), essa participação mais incidente desde bloco terceiro-mundista na arena internacional veio a colaborar com um período de atividades políticas mais intensas no continente africano. E é, portanto, neste clima, que os Estados africanos pensam na promoção de instituições não somente capazes de promover o desenvolvimento, mas também de assegurar a liberdade política. Neste contexto, surge a Organização da Unidade Africana, objeto de abordagem em seguida.

3.3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA OUA E A INTEGRAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA ÁFRICA

A construção desta organização surge pautada pela ideia da criação de uma entidade que conduzisse os países africanos à conquista de libertação nacional. Criada face a face ao processo de descolonização do continente, a Organização da Unidade Africana teve sua Carta Constituinte firmada em Adis Abeba, Etiópia em Maio de 1963.

Nas palavras de Dr. Júlio Mendes Lopes¹⁶: “historiadores enfatizam que o OUA aparece como resultado da junção dos aspectos positivos dos Grupos Brazzaville, de Casa Blanca e de Monróvia”¹⁷.

A diferença de ponto de vista entre esses grupos não permitiu que inicialmente se chegasse a um consenso. Segundo Júlio Mendes o Grupo Brazzaville, por exemplo, foi criado com um olhar mais atento para a questão da cooperação e não propriamente de uma unidade política com instituições próprias. Davam bastante ênfase na cooperação, sobretudo, com as antigas metrópoles. Já o grupo Monróvia, pautava por uma federação de Estados Africanos soberanos e independentes. O Grupo Casa Blanca, por seu turno, criado sob a iniciativa de Marrocos, buscava apoio para neutralizar a independência da Mauritânia.

Tendo em vista essa diferença de objetivos, nas palavras de Lito Nunes Fernandes (2011), se viveu um clima de impasse político no seio do pan-africanismo pelo antagonismo ideológico entre os dirigentes desses grupos, após duas conferências, a primeira realizada em Abril de 1958 em Acra e a segunda, de 15 a 24 de Abril de 1960 em Adis Abeba. Esse impasse continuaria até a Conferência da Organização da Unidade Africana realizada a 25 de Maio de 1963, onde os países participantes firmaram a Carta Constituinte.

Do mesmo modo, Badir (1963), aponta que somente no final do ano 1962 e início dos anos 1963, com o fim da guerra de Argélia e com a estabilidade política no Congo é que o acirramento entre os grupos já mencionados cessou, favorecendo assim, a realização da Conferência de Adis Abeba, dando origem a OUA, visando integrar o Continente e solucionar o problema dos Estados africanos referentes á descolonização.

Dessa forma, alguns objetivos foram estabelecidos em seu Ato Constituinte:

1. “Respeito aos direitos fundamentais, de acordo com a Carta da ONU;
2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
4. Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outro país;
5. Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente, de acordo com a Carta da ONU;
6. Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada a servir os interesses particulares das Superpotências;
7. Abstenção de um ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta da ONU;
9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação;
10. Respeito pela “justiça e obrigações internacionais (OUA, 1963)”.

¹⁶ Professor de História da África pela ISCED de Luanda

¹⁷ O Grupo Brazzaville foi inspirado pelos chefes de Estado da Costa de Marfim, Félix Boigny e do Senegal, Leopold Senghor. O Grupo Monróvia era constituído por Etiópia, Nigéria, Libéria e Serra Leoa. Por último, o Grupo Casa Blanca constituído por Marrocos, Gana, Guiné-Conákry, Mali, Egito, Líbia e Argélia.

Contudo, nos primórdios de sua existência, a OUA mostrou-se incapaz de levar adiante e de forma cabal essa série de objetivos anteriormente propostos, entretanto, deu especial atenção a ações centradas nas estratégias de libertação nacional e do *apartheid* na África do Sul. Após isso, OUA voltaria segundo Fernandes (2011) a dar prioridade a problemas econômicos, em especial a permanente crise econômica por que passaram os Estados Africanos na década de 1970.

Entretanto, como aponta Ribeiro (2007), OUA registrou uma série de dificuldades desde seu início. Responder à questão étnica mostrou ser uma das principais dificuldades. Na expressão de Fukuyama: “os Estados tornaram impressionantemente tão números quanto frágeis”. (FUKUYAMA 2005 P. 123). Estavam estruturados na sua maioria a partir de elites étnicas, não conseguindo assim, através de instituições nacionais assegurarem o cumprimento de leis e contratos. Assim sendo, as lutas por libertação e as conquistas de independência ocorridas entre as décadas de 1960 e 1970 não conseguiram por término a maior parte dos conflitos em curso no continente.

Nas palavras de Bhaia:

A revolução africana seguiu uma trajetória marcada pela breve euforia após a independência, instauração de partido único, ou tomada de poder pelos militares, forte estatização da economia e ampla esperança de democratização; em muitos casos, seguidos de uma restauração autoritária sobre um fundo de identidade e de violência. (BHAIA, 2002 P.167).

Como dito acima, o que se observou em seguida, foi a prevalência em grande medida do sistema uni partidário, fazendo assim, proliferar o modelo de Estado de Partido Único, frustrando deste modo, as expectativas criadas durante a descolonização. Em função disto, os países se viram mergulhados numa onda de crise e desacertos sem precedentes. O patrimonialismo, o nepotismo, o tribalismo e a corrupção generalizada acabaram por minar o otimismo da era independência. (BAHIA, 2002).

A atuação da Organização da Unidade Africana a nível econômico também teria ficado aquém das expectativas. Os Estados africanos se mostraram pouco ou nada atrativos ao investimento externo. Com base em Ferro (1996) este aspecto se deve, grosso modo, ao fato dos novos Estados independentes tentarem, em última instância, manter um acirrado controle sobre as riquezas de seu solo e subsolo, ainda dominada pelos trustes; e por outro lado, a política de nacionalização implantada dando origem a conflitos que abalaram a economia.

Neste sentido, Munis Ferreira afirma que alguns líderes esclarecidos da África entendiam que o continente dispunha de riquezas naturais extraordinárias, capazes de alavancar seu crescimento econômico, com enormes reservas de ferro e carvão, enormes jazidas de petróleo e um notável potencial hidroelétrico. Mas, por outro lado, estes estavam cientes dos obstáculos ao progresso natural das sociedades, dado a grande fragmentação política-territorial, a dependência da tecnologia, a falta de capitais para exploração de suas próprias riquezas, as rivalidades étnicas internas, bem como, o próprio controle de seus principais recursos pelas grandes potências ocidentais¹⁸.

Com efeito, a crise do petróleo de 1973, bem como a crise econômica internacional da década de 1980, se tornam especialmente mais profundas no continente afetando intensamente o mercado africano. Como Ribeiro bem observa, com a elevação das taxas de juros de 3 a 4% em 1973, para 22 a 23% nos anos 80, decai ainda mais o interesse dos investidores pelo continente. (RIBEIRO, 2007).

Nas palavras de Visentini: “na segunda metade dos anos 1980, as consequências dos conflitos africanos, da Nova Guerra Fria e da reestruturação da economia mundial continuavam a agravar a situação do continente”.(VISENTINI, 2010, P.62).

Ainda, neste contexto, Mamadou Alpha Diallo¹⁹, afirma que no início da década de 90, a receita conjunta da exportação de 45 países, com uma população que rondava os quinhentos milhões de habitantes, atingiu apenas US\$36 bilhões em valores atuais, registrando uma queda em relação aos US\$50 auferidos na década em 1980. Assim, ele acrescenta que no início do século XXI, a África estava mais pobre do que no final dos anos 1960.

Além do mais, os Estados africanos sofreram intensamente com os efeitos da dívida externa, a insuficiência de recursos para o desenvolvimento, acrescentando a isso tudo os rigorosos programas de ajuste estruturais coordenados pelo FMI e pelo Banco Mundial. Lopes afirma que não houve progresso, pois a dívida atingiu a cifra de 32 bilhões de dólares e os países tiveram que utilizar 12% das receitas de suas exportações para pagar a dívida.

Entretanto, Lopes concorda que apesar das clivagens a Organização da Unidade Africana apareceu no cenário africano e internacional como uma força importante a ter em conta na resolução de alguns dos problemas existentes. Cabe, porém ressaltar que a própria

¹⁸ FERREIRA, Muniz. África contemporânea: dilemas e possibilidades. 12f.

¹⁹ Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS

funcionalidade da organização veio a ficar comprometida nos seus objetivos, devido como se notou anteriormente, a defesa de ponto de vista diferentes²⁰.

Ademais, a OUA permaneceu, na sua íntegra quase substancialmente sem alterações, tanto na sua estrutura quanto nos seus objetivos declarados durante sua existência. Os temas principais da cúpula de Adis Abeba viraram razão de ser do conjunto dos Estados africanos, durante quase quarenta anos da existência da OUA.

Visentini concorda com o raciocínio acima mencionado ao afirmar que, tendo metas tão amplas, num continente tão complexo e igualmente com um amplo número de Estados, durante as quase quatro décadas de sua existência, a Organização da Unidade Africana teve uma ação tanto restrita quanto deficiente. (VISENTINI, 2010).

Além disso, logo após a sua fundação uma série de acontecimentos teriam colocado em cheque a capacidade da recém-criada organização. Tais acontecimentos viriam a revelar as fragilidades ou limitações de determinados aspectos organizacionais ou estruturais da organização, e em última instância, sua capacidade, mesmo se diria, a falta de maturidade das elites africanas em chegar a um consenso para resolução dos diferentes problemas que se apresentavam.

Corvenin (1971) elenca alguns desses acontecimentos onde ficaram patentes as divergências de opiniões dos países: i) o conflito israelo-árabe; ii) a crise do Congo ex-Zaire; iii) a constituição de uma nova União das Repúblicas Francófonas; iv) a declaração unilateral da independência da Rodésia do Sul, atual Zimbábue por parte da minoria branca; v) a guerra de sucessão na Biafra, Nigéria; vi) o escândalo de vendas de armas à África do Sul por parte da Grã-Bretanha, França e Alemanha Federal depois das respectivas sanções da ONU.

Porém, cabe reconhecer na concepção de Ferreira em seu artigo “A África contemporânea: dilemas e possibilidade” que a OUA, ainda que de forma negociada ou violenta, através de guerras civis ou de processos eleitorais, levou a cabo depois de cinco décadas de grande esforço, a independência dos países sob o jugo da dominação colonial europeia.

Deveras esta realização histórica foi apenas o primeiro passo de uma longa caminhada ensejada na busca pela reconquista da plena soberania, da dignidade e da autodeterminação desejada pelo povo africano, que a OUA não conseguiu completar e que ainda esta por ser concluída por sua sucessora.

²⁰ Palestra proferida no polo universitário de Kwanza-Sul por ocasião do dia da África, em 25 de maio de 2004.

A esse respeito Badir assegura que a Organização da Unidade Africana:

Fora concedida como uma organização de liberalização ou de descolonização e não como uma federação de Estados africanos, a OUA, baseada nos princípios da existência independente e soberana, não podia ter uma integração política do continente. Converteu-se em uma organização mais de reuniões que de união (BADIR, 1963, P.253).

Assim sendo, incapaz de por fim às clivagens, a Organização da Unidade Africana foi gradualmente perdendo força e o dinamismo na solução de alguns conflitos e na promoção da integração econômica. A marginalização da OUA conjuntamente com a diminuição de sua influência política, tornou a organização incapaz de promover o desenvolvimento progressivo do continente no campo econômico, social, cultural e técnico científico.

3.4 UNIÃO AFRICANA: ORIGENS E DESAFIOS

A criação da União Africana no lugar da Organização da Unidade Africana é considerada uma ruptura importante no continente e a instituição da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), por esta supervisionada, são elementos importantes para o desenvolvimento africano.

A ideia da criação da União Africana inspira-se na ideologia do pan-africanismo. Segundo Visentini, sua criação se insere no contexto da necessidade de uma organização capaz de fazer frente aos desafios potencializados pela situação criada pelo encerramento do conflito bipolar. (VISENTINI 2010).

Nas palavras de Fernandes (2011), dado a entrada do novo milênio, ante o processo de globalização, além da posição adversa da África no comércio internacional, os objetivos da OUA se mostravam insuficientes para conduzir o desenvolvimento africano. Tendo em vista este novo contexto, uma nova organização se fazia necessário.

Como dito anteriormente a ideia da União Africana vinha sendo preconizada desde a época de KwameNkrumah²¹, ou seja, no pan-africanismo. Essas ideias teriam sido retomadas na 35ª sessão de Conferência Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, realizada de 12 a 14 de julho de 1999 em Argel. Atentos na promoção de um maior fortalecimento da OUA, na globalização e no cumprimento dos Objetivos do

²¹ As ideias de Nkrumah podem ser encontradas no seu livro, *África must unite*. Existe uma tradução para português, *África deve unir-se*.

Desenvolvimento do Milênio, os líderes africanos se reuniram, entre 8 e 9 de setembro de 1999 em Sirte, na Líbia onde optaram pela substituição da OUA.

Esta conferência culminou com a “Declaração de Sirte”, documento que acabou por estabelecer a proclamação da União Africana, chamando para esta entidade a responsabilidade de gerir os assuntos do continente. Entretanto, a Ata constitutiva foi adotada na Cúpula de Lomé, em 2000 e entrou em vigor em 2001, em Lusaka. Seu lançamento oficial se daria em Durban (África do Sul), a 9 de julho de 2002.

Para Badir (2008) a criação da União Africana é de suma importância na medida em que pela primeira vez de forma clara e evidente a mesma inspira confiança e existem grandes expectativas e esperanças numa organização que pudesse dar uma maior visibilidade no cenário social, político e econômico mundial propriamente como um bloco.

A esse respeito, Muniz Ferreira acrescenta que esta criação surge num contexto diferente. Trata-se de uma nova fase caracterizada pela eliminação dos últimos resquícios da colonização no continente, do regime racista da África do Sul em 1994, da pacificação de sociedades dilacerada por guerras civis, a exemplo de Angola e Moçambique, dos avanços na democracia e de novas lideranças regionais, como os dirigentes sul-africanos.

Ante este novo contexto, esta organização teria sido criada no intuito de corrigir o legado negativo deixado pela antecessora OUA e recolocar a África no cenário que hora se vislumbra. Com sede em Abis Abeba, Etiópia, compõem a UA todos os Estados africanos, á exceção do Marrocos. Com a admissão da República Árabe Saarauí Democrática (não reconhecida pela ONU), a organização totaliza 53 membros²².

Os objetivos da UA segundo a sua Carta Constitutiva são os seguintes:

- a) Realizar maior unidade e solidariedade entre os países e os povos da África;
- b) Respeitar a soberania, integridade territorial e independência de seus Estados-membros;
- c) Acelerar a integração política e socioeconômica do continente;
- d) Promover e defender posições africanas comuns sobre questões de interesses para o continente e os seus povos;
- e) Encorajar a cooperação internacional, tendo devidamente em conta a carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos do Homem;
- f) Promover a paz, a segurança e a estabilidade no continente;
- g) Promover os princípios e as instituições democráticas, a participação popular e a boa governança;
- h) Promover e proteger os direitos do homem e dos povos, em conformidade com a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e outros instrumentos pertinentes relativos aos direitos do homem;
- i) Criar as necessárias condições que permitem ao Continente desempenhar o papel que lhe compete na economia mundial e nas negociações;

²² Informação disponível em www.itamaraty.gov.br. Acesso em: 30 de agosto de 2012.

- j) Promover o desenvolvimento duradouro nos planos econômicos, social e cultural, assim como a integração das economias africanas;
- k) Promover a cooperação em todos os domínios da atividade humana, com vista a elevar o nível de vida dos povos africanos;
- l) Coordenar e harmonizar as políticas entre as comunidades econômicas regionais existentes e futuras, para a gradual realização dos objetivos da União;
- m) Fazer avançar o desenvolvimento do Continente através da promoção da investigação em todos os domínios, em particular em ciência e tecnologia;
- n) Trabalhar em colaboração com os parceiros internacionais relevantes na erradicação das doenças suscetíveis de prevenção e na promoção da boa saúde no Continente (UA, 2002).

Do ponto de vista institucional a estrutura da organização difere fundamentalmente da extinta OUA. A nova estrutura, como observada por analistas, parece que se assemelha no modelo de estrutura e formatação da atual União Europeia e surpreende pela sua complexidade e pelo seu gigantismo²³. A UA está composta pelos seguintes órgãos:

Assembleia ou Conselho de chefes de Estados. É o órgão supremo da União. É formada pelos chefes de Estado e governo, os seus representantes devidamente credenciados. Reúne-se pelo menos uma vez por ano em sessão ordinária. A pedido de qualquer Estado-membro e mediante a aprovação de uma maioria dois terços dos Estados-membros pode reunir-se extraordinariamente.

Conselho Executivo. O Conselho Executivo é composto pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ou outros Ministros ou Autoridades que forem designados pelos governos dos Estados-membros. Reúne-se duas vezes por ano, respectivamente em sessão ordinária.

Parlamento Pan-Africano. É estabelecido com vista a garantir a plena participação dos povos africanos no desenvolvimento e na integração econômica do Continente.

Corte de Justiça Africana. Sua principal função é assegurar o cumprimento das obrigações derivadas dos tratados e protocolos da UA. É composta por onze juízes, dois pertencentes a cada uma das sub-regiões, eleitos por um mandato de seis anos.

Comissão ou Secretaria Geral. Integrado pelo Presidente, vice-presidente e oito comissários eleitos tendo como base o equilíbrio entre as regiões.

Instituições financeiras. Faz parte dela, o Banco Central Africano, o Fundo Monetário Africano, o Banco de Investimento Africano.

Conselho Económico, Social e Cultural. É um órgão consultivo, composto por diferentes camadas sócio-profissionais dos Estados-membros da União. Suas atribuições, poderes, composição e organização são definidas pela Conferência.

²³ A União Europeia apoiou o modelo constitutivo da União Africana, motivo pela qual a Ata Constitutiva desta organização possuir tamanha semelhança ao seu homólogo europeu.

Comitês Técnicos Especializados. Tratam de assuntos setoriais a nível ministerial e são responsáveis perante o Conselho Executivo. São elas: Comitê de economia rural e de assuntos agrícolas; Comitê de assuntos monetários e financeiros; Comitê de comércio, aduanas e imigração; Comitê de indústria, ciência e tecnologia, energia, recursos naturais e ambientais; Comitê de transporte, comunicações e turismo; Comitê de saúde, trabalho e assuntos sociais e Comitê de educação, cultura e recursos humanos.

Comitê de Representantes Permanentes. Composto por representantes permanentes diante da União cabe a estes a responsabilidade de preparar o trabalho do Conselho Executivo, agindo de acordo com as instruções do Conselho.

Com todo este aparato institucional cabe a União Africana desempenhar um papel líder no continente no que diz respeito, sobretudo, à harmonização e racionalização de políticas e programas de intercâmbio de experiências, de fortalecimento e capacidades institucionais. Assim sendo, a Comissão da UA foca especialmente, na paz e segurança, desenvolvimento social, questões ligadas a igualdade de gênero e água (FERNANDES, 2011).

Entretanto, a nível institucional a União Africana encerra uma série de dúvidas quanto ao seu real significado. Neste aspecto Ribeiro (2007) destaca que o processo de transição da OUA para UA coloca em discussão a viabilidade da instituição, se levarmos em consideração que esta não deixa claro-evidente quais suas diferenças e objetivos se comparado com sua antecessora.

Wolfgang Dopcke²⁴ constata a esse respeito que:

‘Em termos dos objetivos declarados, a UA reafirma todos aqueles da extinta OUA com exceção da erradicação de “todas as formas do colonialismo”, tarefa que foi considerada como realizada, e acrescenta novos itens que deveriam refletir tanto os novos desafios do continente africano quanto a nova agenda internacional e seus valores” (DOPCKE, 2002, P.2).

Institucionalmente falando o professor Dopcke (2002) levanta o fato da Comissão, do Parlamento Pan-africano, do Conselho Econômico, Social e Cultural, do Tribunal de Justiça, bem como das instituições financeiras, instrumentos que representam o cerne institucional da União permanecer ainda com funções e poderes não claramente definidos.

O debate em torno da organização tem levado a uma série de opiniões, unânimes ou não, a verdade é que dúvidas e descrenças ainda persistem. Ribeiro levante um leque de questionamentos a esse respeito:

²⁴ Professor adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília.

Se a OUA não se mostrou em 40 anos capaz de colocar em prática soluções às demandas do continente, porque a sua sucessora surgida de forma prematura e voluntarista o seria? Com relação aos objetivos e as dúvidas em torno do projeto, qual seria o conteúdo e a finalidade da instituição projetada? Qual o propósito de uma instituição multilateral que envolve Estados de Economias e bases industriais relevantes como a África do Sul e por outro lado países como Sudão e Somália? (RIBEIRO, 2007, P.16)

Além destes fatos, se acrescenta que atualmente o Parlamento Africano encontra-se em crise por causa da falta de pagamento dos Estados-membros. O parlamento procura alternativas ao corte das contribuições ao seu orçamento por alguns Estados africanos em conflito, especialmente da Líbia, que era um dos maiores doadores da organização²⁵.

Parafraçando a moçambicana Francisca Domingos²⁶: “o conflito que culminou com a queda do presidente Muammar Kadhafi em 2011 resultou na cessação dos apoios ao órgão e provocou um déficit no orçamento”. Não se pode afirmar ao certo o montante que o país disponibilizava para o orçamento do Parlamento Pan-Africano, mas a fama deste ser o maior contribuinte dá uma dimensão do problema pela qual está passando. Sabe-se que além da Líbia, seis outros países não mencionados, não estão a canalizar suas cotas para União Africana, devido à instabilidade por que passam, situação que afeta as atividades do Parlamento e, em última instância, a própria União Africana.

Considerando a atual conjuntura, a maioria das avaliações a cerca da UA destacam o caráter não realista e até mesmo “megalomaniaco” da nova criação. Apontando-se, assim, para a existência de uma enorme brecha entre o desenho e aquilo que de fato é considerado como possível realizar. Destaca-se aí, passado os quarenta anos da independência, a impossibilidade da mesma superar, num sentido profundo, a divisão do espaço político, social e econômico, criada pela inserção dependente do continente no sistema internacional.

Na opinião do professor Docpke é evidente que o novo desenho de AU, as ideias de uma união econômica, de um parlamento africano ou de um exército africano não correspondem nenhum pouco com a capacidade atual do continente, e, portanto, sem chance de realizações concretas em curto prazo.

Munis Ferreira (2008) por seu turno, compreende esta intenção como um esforço ambicioso, lavado a cabo por uma ampla coalizão de governos no intuito de fazer frente a uma gama de problemas enfrentados pelo continente. Mas, entende que mediante o fenômeno da globalização, um mundo cada vez mais assimétrico, excludente e inseguro, onde a promoção de grandes blocos econômicos tem sido uma realidade constante, parece não haver

²⁵ Reportagem disponível em WWW.sapo.cv. Acesso em: 11 de Setembro de 2012.

²⁶ Presidente da Comissão do Género, Família e Deficientes do Parlamento Pan-Africano (PAA).

alternativa para as nações africanas a não investir fortemente em tal proposta fortalecendo sua posição negociadora e estimulando intercâmbios econômicos.

Até então temos abordado os desafios meramente políticos e, sobretudo, institucionais da União africana, pois acreditamos ser imprescindível esta estar institucionalmente bem para enfrentar os demais desafios, em especial econômicos que se lhe apresentam.

Muitos obstáculos se apresentam no mercado africano em particular, e no mercado financeiro em geral. Deveras alguns aspectos podem ser salientados: condições macroeconômicas desfavoráveis (inflação alta e instável, déficit fiscal, dívida pública, etc.), bem como, o volume restrito de procura e fornecimento de produtos financeiros, fracas volume de transações, taxas elevadas impostas às operações financeiras, infraestrutura inadequada, limitada cultura financeira, governança econômica pobre, etc. (UNIÃO AFRICANA 2008).

De olho nestes desafios, Ferreira (2008) acrescenta a acentuada subalternidade econômica dos países africanos no comércio mundial, salientando aqui a perda de relevância de suas importações, da subvalorização dos produtos exportados pelos países industrializados no comércio bilateral, aumentando ainda mais o abismo que separa as precárias economias do continente das indústrias *high tech* do mundo desenvolvido.

Dito mais, Ferreira coloca como desafio a questão da reestruturação produtiva que demanda o uso crescente de tecnologia. O que por sua vez exige grandes investimentos em pesquisa, elevando desse modo, os custos da produção e que demanda cada vez mais a necessidade de ampliação sistemática dos investimentos. Desta maneira, os países africanos já excluídos do centro dinâmico da economia mundial em função do monopólio tecnológico dos países desenvolvidos, se veem também excluídos dos créditos e financiamento e com dívidas a pagar.

Estas adversidades têm sido um tanto quanto dramáticas para o continente negro. De acordo com dados do Caderno do Terceiro Mundo, a participação da continente na economia global é atualmente, inferior a 2% tendo o volume da sua interação a nível comercial com o resto do mundo declinado no decorrer da década de 1990-2000. A dívida externa, por sua vez, atinge 315 bilhões de dólares, superando o triplo de sua receita anual de exportações. A renda per capita africana caiu 20% desde 1980, particularmente na África subsaariana. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) na África correspondem a menos de 5% do total obtido pelo terceiro mundo²⁷.

²⁷ Dados retirados da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, edição n. 201, Agosto/97, p.48.

Ainda neste contexto, Palhares (2004) acrescenta que além do fraco IDE recebido, os países pobres transferem mais recursos do que recebem dos países desenvolvidos e das organizações multilaterais. Razões que o mesmo aponta como agravantes da piora das condições socioeconômicas da África, conjuntamente com o peso da dívida que faz desviar importantes verbas dos setores da educação, saúde e serviços públicos. Para o autor o problema não se resolve com o simples reescalonamento da dívida, mas sim, a anulação desta, já que especialmente na África Subsaariana o peso da dívida tem se tornado um dos principais obstáculos ao desenvolvimento.

Alguns autores como Collier, Gunning e Chang, que objetivam uma análise profunda dos países africanos, buscando entender o fraco desempenho econômico apesar das reformas levadas a cabo no quadro das Políticas de Ajuste Estrutural (os PAE), justificam o fechamento da economia internacional da África, apresentando razões tanto de ordem direta, quanto de ordem indireta. Para estes as diretas estariam ligadas ao excessivo controle sobre o comércio externo na forma de cotas e barreiras não tarifárias, altas tarifas aduaneiras e de imposto de exportação. Enquanto isso, as indiretas, por seu turno, estariam associadas às políticas de câmbio desfavoráveis e restrições a atividades de exportação.

Seguindo esta linha de raciocínio o Fundo das Nações Unidas para África (UNECA, 2006) conforme citado por Fernandes (2011), traz alguns elementos que também podemos considerar como inibidores da integração africana: a pobreza e as limitadas capacidades e um financiamento insuficiente; adesão a múltiplos blocos regionais²⁸ e a interrupção dos mandatos; economias pouco complementares; poucos centros de coordenação; antagonismo de liderança entre os países mais poderosos em vários setores; e, a ausência de grupos de interesse nacional, tanto empresas quanto a sociedade civil pouco interessado na integração regional.

Mshomba (2000) ainda considera que alguns dos desafios que se apresentam na questão da integração são de fato, a elevada dependência face aos países doadores, assim como, o domínio de países estrangeiros em temas de permissão de acesso a mercados, bem como, as constantes instabilidades políticas.

Não obstante, os desafios, não é correto ignorar o esforço da União Africana na busca por melhores condições. Dados apontam para um melhor desempenho econômico no

²⁸ Entretanto, União Africana reconhece as Comunidades Econômicas Regionais (CER's) como parceiras no desenvolvimento e integração econômica do continente africano. Nas palavras de Visentini (2010), a maioria destes nunca passou ultrapassou a dimensão de arranjos políticos conjunturais. No entanto, outras apresentam avanços no campo financeiro, comercial e de infraestrutura. São alguns exemplos destes, a SADC; SACU; COMESA; CEDEAO; UMA e a NEPAD por esta supervisionada.

início do novo milênio praticamente em todos os países do continente. Embora fique claro que a pobreza não esteja erradicada, a percentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza baixou de 47% em 1999 para 41% em 2004, devido a melhora no desenvolvimento econômico estimada em cerca de 5% em 2000. Ademais o rendimento *per capita* cresceu em 4.3 entre 1998 e 2006. (UNIÃO AFRICANA, 2008).

Ainda de acordo com a mesma fonte, mesmo que esse crescimento não se tenha dado de forma equitativa pelo continente e esteja longe daquilo que realmente se almejava (um crescimento em torno de 7 a 8%) suscetível de sustentar um alívio no nível de pobreza na África, um crescente número de países estão a entrar para o curso do crescimento. Conseqüentemente, em 2007 apenas 10% dos países do continente atingiram uma taxa de negativa de crescimento do PIB ou a redução foi inferior do que 3% comparadamente aos 18% em 1988. (UNIÃO AFRICANA 2008).

No que diz respeito à inflação, o continente conseguiu esforços significativos. A média da inflação baixou para 10% no período de 2004-2007, sendo superior aos 5 a 7% obtidos na América Latina. O número de países com taxa de inflação inferior a 10% passou de 40% durante o período 1998-2001 para 43% durante o período de 2002-2005. Por sua vez, os reembolsos antecipados por países produtores de petróleo, a anulação da dívida dos países pobres altamente endividados, contribuiu significativamente para a redução da dívida externa, baixando de 110.6% do PIB em 2005 para 7.7 em 2007. A balança comercial melhorou globalmente em África, sob o impulso do superávit comercial dos países também produtores de petróleo (UNIÃO AFRICANA, 2008).

No entanto, salienta-se com base no Relatório Econômico da Comunidade Econômica Africana- CEA (2006), que em 2007 o FDI se mantém no global total irrisório, 2.3% correspondendo ao montante de 36 bilhões de dólares americanos, o equivalente ao atingido em 2006 e representa o dobro do atingido em 2004, refletindo o crescimento da relativa atração dos países africanos, por quanto concentradas em poucos setores. Número muito inferior ao nível de FDI atingido em 2007 pela Ásia e América Latina, 18% e 8.2%, respectivamente.

A mesma fonte ainda acrescenta que o capital oriundo da África e investimento no estrangeiro no setor imobiliário ou financeiro traduzem-se numa perda significativa em termos de poupanças e investimentos. Prejuízos apontam para entre 2.6% e 7% do PIB,

montante que varia entre 3 e 13 bilhões de dólares, por ano de perda na África Subsaariana, fundamentalmente²⁹.

Quaisquer que tenham sido os dados, as dificuldades e melhoras até então apresentados, é fato indiscutível que o continente tem potencial necessário para promover um crescimento mais acelerado. Neste sentido, Ribeiro (2007) observa que para que isso venha a acontecer é fundamental que se façam reformas políticas que garantam a paz e assegurem a estabilidade necessária aos investimentos.

É neste contexto, a União Africana surge como um instrumento fundamental e é sob esta ótica que deverá ser analisado, seja dito, como instrumento capaz de buscar e assegurar as condições necessárias à promoção da paz e do desenvolvimento africano.

Obviamente, os objetivos da UA não são pequenos, como também, não é pequeno como temos visto até agora os desafios que terá de enfrentar. Para não cometer os mesmos erros que sua antecessora, a UA deverá segundo Espada (2009), pautar por uma atuação mais firme e coerente.

Pela diversidade de identidades culturais presentes no continente, a atuação da União Africana pode se considerada muito complexa, especialmente para a construção de uma entidade supranacional. Essa tarefa é difícil, porém não impossível. Portanto, podemos concluir que a União africana ainda tem caminho longo a percorrer na busca por seu espaço no mundo globalizado. Assim sendo, veremos a seguir como ela tem se saído sente sentido.

²⁹ Além de razões políticas e causas conexas (instabilidade, corrupção, má governação, etc.), existem outras causas que explicam este fato, nomeadamente, desequilíbrios orçamentais, alto endividamento, instabilidade cambial, busca de melhor rendimento e segurança.

4 UNIÃO AFRICANA: A BUSCA POR NOVAS OPORTUNIDADES

As avaliações a respeito do desenvolvimento, do progresso da União Africana são passíveis de várias considerações. Neste sentido, verifica-se que muitos têm uma visão céptica, mesmo se diria pessimista quanto a um futuro melhor para o continente, sobretudo a curto e médio prazo, e conseqüentemente, para a União Africana já que dela fazem parte como já mencionado a quase totalidades dos países do continente. Outros não reconhecem, ainda que aquém daquilo que se pretendia, o esforço que a África vem realizando em questões ligadas ao desenvolvimento.

Àqueles ainda que, mesmo sabendo que há muito ainda por fazer, reconhecem que os avanços obtidos face às imensas dificuldades que se vislumbrava nos primeiros anos, são significativos.

A par destas considerações, serão analisadas em seguida as reais oportunidades e as melhoras que a União Africana poderá proporcionar aos seus Estados-membros com respeito a questões ligadas à globalização, paz e segurança, democracia, bem como o comércio e desenvolvimento e como estas variáveis afetam a integração econômica.

4.1 PAZ E SEGURANÇA

Pode-se afirmar que a questão da segurança regional, mediante a ampliação de mecanismos, estratégias e políticas para assegurar e manter na paz no continente, se traduz numa das propostas e motivo da criação da União Africana.

O tema da paz e segurança tem sido uma preocupação constante da comunidade internacional. Nesta ótica, Oliveira (2007), afirma que a paz é uma das grandes preocupações desde século e constitui dessa forma, uma questão de interesse da opinião pública em geral, de políticos, de instituições nacionais e internacionais, em particular.

Obviamente a União Africana está atenta a este fato, já que a mesma parte da premissa de que a paz é um pré-requisito importante para os objetivos finais que qualquer país queira almejar. (UNIÃO AFRICANA, 2008). Especialmente, a partir dos anos noventa onde se assiste nas palavras de Diallo (2011) um incremento dos conflitos associados ao fim da Guerra Fria³⁰.

³⁰Na década de 1990, assiste-se a uma eclosão de conflitos em vários pontos do continente africano: República Democrática do Congo, Uganda, Angola, Serra Leoa, Libéria, Sudão, Nigéria, Somália, Zimbabwe, Chade,

Neste aspecto, Visentini (2007), coloca que até o final da Guerra Fria, havia interesse político-estratégico envolvendo o continente, algo que de certa forma mantinha o interesse vivo na região. No entanto, o fim da bipolaridade e do conflito Leste-Oeste, agravado pelo desaparecimento da URSS nos finais de 1991, faz com que o continente perca sua importância estratégica e de barganha, e em última instância, a própria perda da importância econômica.

Se anteriormente a União Africana estava mais preocupada com os problemas ligados a questões econômicas ou de desenvolvimento, a partir de então, o grande desafio passa a ser de caráter securitário, ou seja, a questão da segurança passa a ampliar esse leque de preocupações e a ocupar o centro das atenções da entidade em análise. De igual modo, se antes da Guerra Fria a maioria dos conflitos eram entre os Estados, após a queda do Muro de Berlim, os conflitos são de caráter intra-estatais, também conhecidos como conflitos internos.

Dentro desta perspectiva, Diallo (2011), salienta que no que se refere à África esses conflitos são conhecidos como sendo étnicos ou tribais e por serem travados dentro dos Estados, suas consequências são ainda maiores no plano sociopolítico, cultural e, sobretudo econômico, pois além de destruírem as poucas infraestruturas existentes, impedem de igual modo o desempenho de atividades econômicas nas áreas afetadas.

Todavia em Lunardon encontramos o seguinte esclarecimento:

A mídia internacional rotineiramente retrata os conflitos existentes na África como sendo tribais, étnicos e religiosos. Mas, a verdade, é que esses conflitos étnicos nada mais são do que guerras civis. A razão das disputas entre os grupos são políticos, econômicos, sociais- as mesmas razões encontradas no mundo ocidental. Os grupos disputam poder político, vantagens econômicas, meios de sobrevivência; demandam ações do governo central, lutam contra a discriminação e a desigualdade. A diferença reside, no entanto, na mobilização identitária por parte das grandes elites e da liderança política para inflamar a população civil ao combate. (LUNARDON, 2010, P.12).

Não podemos descartar que o legado deixado pela colonização europeia influi nessa dinâmica ora apresentado. Embora os especialistas insistam sobre a heterogeneidade e a complexidade das causas desses conflitos, em suas análises raramente sobressai a reflexão política. Por certo, Porteous (2003) enfatiza que o fato da política externa africana do ocidente privilegiar o desenvolvimento e a questão humanitária dos conflitos, tende a ocultar as dimensões políticas e, portanto, obscurecer o fato fundamental de que estes conflitos, na verdade, são somente uma parte do produto resultante do processo da evolução política indispensável à formação do Estado.

Ruanda, Republica Central Africana, entre outros. Há por outro lado, casos onde havia também conflitos até então, porém a estabilidade é frágil e a volta ao combate se mostra uma opção latente para estas populações. É o caso da Rep. Democrática do Congo, da Costa do Marfim, da Ruanda entre outros.

A par desta discussão a respeito das causas desses conflitos, é fundamental analisarmos o quanto estes conflitos podem e tem afetado o desenvolvimento do continente e ver até que ponto a União africana tem sido ou não eficiente na resolução dos mesmos.

“Le Matin” (2010), conforme citado por Diallo (2011) destaca que o fogo da guerra atingiu 32 dos 53 países da África. Disto depreende-se que mais da metade dos países tiveram em vez de se preocupar em como desenvolver, investir em armamentos pesados.

Igualmente Saraiva (2008), mostra que os conflitos consumiram entre 1990 e 2005 cerca de US\$ 300 bilhões. Sob esta visão, forma mais importante causa da pobreza do continente africano. Por certo, a resolução dos mesmos pode liberar este valor para investir em áreas como educação, saúde e infraestrutura ou segurança humana.

Neste sentido, um órgão de suma importância pertencente à União Africana é o Conselho de Paz e Segurança, que outorga a esta entidade a possibilidade de intervenção político-militar, acabando desta maneira com a doutrina da não ingerência da organização continental que continha a sua antecessora, OUA. No intuito de se fazer mais presente, a União Africana adotou em 2003 um marco político para o Estabelecimento da Força Africana em Alerta e o Comitê Militar.

O Conselho de Paz e Segurança é um órgão decisivo para a prevenção, gestão e resolução de conflitos. Fazem parte dela 15 Estados-membros que detêm maior capacidade militar³¹. Além de desempenhar as funções acima mencionadas, o Conselho de Paz e Segurança também é encarregado de preparar as ações de intervenções humanitárias da UA nos países em conflito, campos de refugiados, etc.

Entretanto, Mearsheimer (2000), analisando a incapacidade da União Africana de por fim aos vários dos conflitos vivenciados pelo continente africano, a exemplo de Darfur que vive uma gravíssima crise humanitária, alegam que a União Africana ainda não foi capaz de estabelecer mecanismos capazes ou eficientes que façam promover os direitos básicos e comportamentos estatais aceitáveis.

Com certeza para tornar-se efetiva a União Africana deverá pautar-se por uma atuação que tenha impacto na realidade vivenciada no continente. Dentro desta perspectiva, Ribeiro (2007), coloca como indispensável para União Africana, a busca por uma estratégia eficaz de prevenção e solução de conflitos, numa instância superior dos mecanismos por ela criados, valendo do direito de intervenção para restaurar a paz e a segurança.

³¹ Os quinze membros do Conselho de Paz e Segurança são: África do Sul, Argélia, Botsuana, Burkina Fasso, Egito, Gabão, Etiópia, Camarões, Nigéria, Malauí, Ruanda, República Democrática do Congo, Senegal, Uganda e Camarões.

Em adição, o autor salienta a oportunidade da União Africana ter como uma das suas estratégias, a localização em cada exército nacional de forças de paz, ou mesmo, o exército nacional, qual seja um Estado líder, em cada sub-região com qual a organização possa contar na prevenção e gestão de conflitos com vista a manutenção e/ou restabelecimento da paz.(RIBEIRO 2007).

Para tal, torna-se fundamental para a União Africana, a adoção de uma política a nível continental capaz de estabelecer uma interdependência maior entre os Estados e vá de encontro à resolução dos desafios por estes enfrentados.

4.2 UNIÃO AFRICANA FRENTE À GLOBALIZAÇÃO: SITUAÇÃO E OPORTUNIDADES

Neste item analisaremos a posição da União Africana e, portanto dos países que compõem esta entidade, frente á globalização, porém convém salientar que esta análise diz respeito à África como um todo e não exclusivamente à União Africana enquanto organização. Mas, sempre que possível chamaremos a responsabilidade para esta entidade, já que a mesma objetiva um processo de integração a nível continental, ensejado no processo de globalização.

Chang (2008) define globalização como sendo um mecanismo através da qual as grandes multinacionais, com ativos financeiros e tecnologias desenvolvidas, aplicam suas políticas monopólicas a fim de controlar o sistema econômico-comercial, financeiro e político do mundo.

Por sua vez, Almeida (2005), entende a globalização como a crescente interdependência de economias e sociedades, gerada pela progressiva liberalização do comércio internacional e pela integração dos mercados financeiros, tornada possível pela rápida e ampla evolução e difusão das tecnologias de informação e comunicação.

O conceito de globalização passa a ser utilizado em substituição aos conceitos de internacionalização e transnacionalização. Prado (2006) sugere que este fenômeno teria corrido no final da década de 1980, e fundamentalmente, na década de 1990, pois é a partir de então que o termo globalização passa a ser abordado sob o aspecto positivo, tendo em vista a integração da economia mundial; e por outro lado, normativo considerando uma estratégia de desenvolvimento baseado na rápida integração com a economia mundial.

A discussão em torno dos frutos da globalização é particularmente interessante. Fernandes (2011) considera a globalização seletiva, pois segundo alega o autor, esta seleciona os lugares, as atividades, os setores e segmentos para serem globalizados e assim desfrutar de seus benefícios.

O mesmo autor acrescenta que sendo um processo que ultrapassa fronteiras, afetando os diversos setores da sociedade, os efeitos negativos desde processo podem de igual modo ser encontrados na incapacidade de regulamentar o capital especulativo, gerando crises, aumento da exclusão social, pobreza, bem como, um abismo maior entre os países desenvolvidos e os países do terceiro mundo.

Dilacerada internamente, politicamente instável e economicamente estagnada a maioria dos países africanos teve ainda que lidar com as transformações advindas deste processo.

A propósito Palhares (2004), considera a crise na África como sendo fruto da globalização e diretamente relacionada com as Políticas de Ajustamento Estrutural (PAE) do FMI/BM, o que por sua vez, o autor considera como determinantes na origem de guerras civis, como é o caso de Sudão, Serra Leoa, etc. O autor ainda acrescenta o modelo do FMI/BM tem foco na balança de pagamentos e nas variáveis macroeconômicas. Desta forma, o autor defende que, neste sentido, o aumento da dívida atinge os países em desenvolvimento. Salienta ainda, o fato da economia da África Subsaariana assentada na exportação de matérias primas, como petróleo e gás natural ser dominada pelos interesses do imperialismo.

Neste aspecto, não podemos negar que existe sim, a inquietude quanto à possibilidade das forças poderosas da economia global resultar no aumento da desigualdade em muitas economias particulares, em especial se tratando da África Subsaariana.

Ademais, Palhares (2004) enfatiza que a redução dos salários é vital para a globalização, por que na maioria das vezes em tempo de crise esta se torna num meio pela qual recorrem para recuperarem assim, a competitividade. De acordo com o FMI, o restabelecimento da competitividade pode exigir grandes sacrifícios, se inserindo aqui a redução dos salários. Até por que é uma maneira encontrada pelos governos de sanar a dívida pública. (BRANCO, 2012). Nos Estados africanos para além da redução geral dos rendimentos, as desigualdades sociais internas agravam-se. A tecnologia é um dos requisitos centrais da globalização, cujo acesso traduz-se numa das dificuldades para os africanos.

Não tem como afirmar que o comércio por si só consiga alavancar o desenvolvimento de um país. Ao analisar o comércio dentro do âmbito da globalização Palhares (2004) salienta que a convergência entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos não ocorre,

sobretudo, por causa das áreas de atividades protegidas e subsidiadas nos países desenvolvidos e, em última instância, pela deterioração dos termos de troca das exportações dos países em desenvolvimento.

Nesse ínterim, o que está em jogo é a agenda da globalização, onde produtores africanos se vêm dificultado o seu acesso aos mercados dos países desenvolvidos fruto dos apoios aos agricultores da EU, EUA e do Canadá. Como descreve o autor, a liberalização deveria ser para África e não para os produtores dos países desenvolvidos que protegem os seus mercados. Dado que a África produz o que não consome e de igual modo consome o que não produz, assiste-se desse modo, uma desregulação das trocas comerciais. (PALHARES 2004).

Até por que, conforme salienta Almeida (2005), a liberalização do comércio como fruto da globalização, não obstante tenha aumentado sua cobertura de 20% para 90% da população mundial após 1997, este aumento não beneficiou na mesma proporção todos os países ou grupo de países. Por exemplo, os países em desenvolvimento, particularmente os países menos avançados teriam sido os menos beneficiados³².

Almeida (2005) traz para a nossa avaliação alguns dados interessantes que nos permitem avaliar a situação africana frente à globalização tendo em conta alguns bloqueios ainda persistentes. Com cerca de 10% da população mundial, o continente apenas representa 1% do PIB mundial; 2% do comércio mundial e 1% dos IDEs. Somam-se a isto 33 dos países menos avançados num total de 48 países mais pobres a nível mundial; 34 países pobres menos endividados num total de 42; 32 países com um “desenvolvimento humano baixo” num total de 36 países; 20 milhões com o vírus VIH/Sida num total de 42 milhões de pessoas infetadas; 40% de trabalho infantil na faixa etária de 5/14 anos, bem como 60% da população ativa ocupada no setor informal.

Apesar destes indicadores não podemos considerar que a globalização não tenha, ainda que não na proporção esperada, trazido algumas melhoras significativas. Almeida aponta para algumas evoluções positivas, numa visão que engloba não somente aspectos macroeconómicos, como também dinâmicas sócias. Neste ponto, podemos, portanto, levar em conta: “(i) a capacidade de inovação e adaptação das populações, especialmente as mulheres que tem sabido desenvolver atividades que vão de encontro às suas necessidades essenciais; (ii) a progressiva constituição de uma sociedade civil capaz de incorporar os grupos marginais

³² Nos grupos menos avançados acumulam-se, em geral as desvantagens, o que dificulta sua participação na globalização e cria novas clivagens e dependências. Consta-se, portanto, uma grande desigualdade no impacto da globalização tanto no interior desses países como entre os países.

no processo político e produtivo; (iii) integração regional incipiente, mas com sinais de dinamização; (iv) iniciativas endógenas para o desenvolvimento e a convergência política. É o caso em 2001 da transformação da OUA para UA, objeto de nosso estudo, bem como o lançamento em 2002 da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África-NEPAD.(ALMEIDA, 2005, P.10)

Por quanto, a franca expansão do processo de integração, em particular nos países periféricos, sobretudo, a partir da década de 1990, reforça a necessidade dos países que se vêm à margem do processo proteger-se dos efeitos negativos da globalização. Se a globalização continua de certa forma a perpetuar os países pobres, a integração surge como uma alavanca fundamental do desenvolvimento e combate à pobreza. É neste contexto que a União Africana assume particular importância.

Do que foi dito até agora podemos concluir que a globalização pode sim significar uma onda de oportunidades, da mesma forma que pode também constituir uma fonte de ameaças ao aprofundar as desigualdades entre os países e no ceio dos mesmos. Da mesma forma que se pode ter como benefício a ampliação do mercado de uma pequena região para o mundo todo, as ameaças poderão vir de todas as partes do mundo. A União Africana deverá assim, ficar atenta as oportunidades que se lhe apresentam face ao processo de globalização, desenvolver programas, criar e adotar medidas econômica, políticas e sócias que façam prevalecer os interesses da organização e que reflitam positivamente na realidade dos seus Estados-membros.

Um horizonte de possibilidades se coloca aos países africanos e a União Africana pode conforme Silva (2011) resgatar a confiança internacional e fortalecer o continente, fazendo com que as relações multilaterais possam auxiliar no desenvolvimento continental. Além disso, alguns países vêm se destacando economicamente e estão liderando grupos internacionais como a África do Sul e o seu relacionamento no IBAS (cooperação internacional com Índia e Brasil); um diálogo maior se abre com a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); relações bilaterais com o governo chinês e vários países africanos, o diálogo com a União Europeia e os EUA, se apresentam como possibilidades aos países africanos.

De acordo com Giddens (1991), a par das suas contradições, a globalização tende, no geral, a ser um movimento rumo à integração mundial, ou seja, é um processo que visa à racionalização, dado que caminha para a competitividade em escala mundial. Dessa forma, acredita-se que a tendência no mundo moderno é a de que o processo de globalização continue a intensificar cada vez mais.

Esta tendência, portanto, demanda da União Africana esforços para viabilizar os arranjos necessários, sejam estes econômicos, políticos ou institucionais, de forma que possa tornar a economia dos Estados-membros mais competitiva e diminuir assim, sua marginalidade entre ao fenômeno da globalização. À luz das oportunidades e desafios colocados pelas dinâmicas recentes, é imperativo que a União Africana se afirme e elabore uma estratégia de longo prazo, nacional e regional, de modo a melhorar, enquadrar e reforçar sua posição no âmbito global.

4.3 A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

Da mesma forma que no item anterior a questão da democracia será analisada em relação ao continente africano como um todo, pois considerando que o Ato Constitutivo da União Africana consagra a vontade dos Chefes de Estado e de Governo da União de promover e proteger os Direitos do Homem e dos Povos, consolidar as instituições e a cultura Democrática, promover a boa governação e o Estado de Direito, ao analisarmos assim, a questão no âmbito do continente africano no geral, estaremos também nos referindo à União Africana e vice-versa (uma totalidade de 53 países).

A questão da democrática tem sido na atualidade, retomada com vigor, pois vem sendo alvo de atenções e estudos de vários segmentos da sociedade que têm se mobilizado em torno dessa ideia, na busca por direitos, por maior participação na vida pública e por justiça social.

Convém notarmos, neste sentido, que as bases para a compreensão da democracia estão inteiramente associadas aos ideais de igualdade e liberdade entre os membros participantes, ou seja, os cidadãos, conceitos que vem desde, a Grécia e Roma antiga. No entanto, como bem salienta Corrêa (2011), a difusão do sufrágio universal no século XX e conseqüentemente, a associação regimes democráticos & economias de mercado coloca a aplicação de tais ideias na sociedade atual. Desse modo, entende-se a preocupação de grande quantidade de autores em estabelecer métodos e parâmetros de medir o quão democrático é este ou aquele regime e, como esses regimes irão funcionar.

Esta preocupação faz todo sentido, se levado em consideração que na atualidade, quando se fala na democracia de um modo geral, não se refere a esta como um conceito estático e definido, mas sim, de democracias no plural. O próprio Dahal, autor que discute bastante esta temática, salienta que percebemos hoje tipos diversos de constituições

democráticas, com características semelhantes, entretanto, que na prática, funcionam de forma distinta.

Do mesmo modo, Gomes ressalta que:

Atualmente não existe um conceito completo e perfeito de democracia, diante de suas variantes nas sociedades modernas, particularmente as africanas. Por consequência, não existe um modelo único e ideal de democracia. Contudo, na sua essência deve assegurar os valores de liberdade, participação e igualdade para a construção de uma sociedade mais justa. (GOMES, 2010, P.10).

Destaca-se aqui que embora, seja particularmente interessante e até mesmo pertinente, não é nosso objetivo fazer uma análise exaustiva sobre o conceito, evolução e os vários aspectos inerentes à questão democrática, mesmo estes podendo aparecer ao longo da nossa análise, mas sim avaliar como a África se comporta neste sentido.

Com o fim da Guerra Fria, na década de 1990 sucederam dois processos aparentemente contraditórios. A chamada terceira onda de “democratização” em mais de 30 países africanos coincidiu com a decadência e o colapso do poder centralizado de vários Estados pós-coloniais. Neste novo contexto político africano, segundo Harrison (2004), a governança e direitos humanos começaram a ocupar um lugar central do discurso hegemônico que legitimou a causalidade entre a democracia e desenvolvimento e expansão da ideologia liberal, o que tem contribuído para diluir os limites da soberania do Estado pós-colonial. A promoção de um bom governo, a governança democrática e os direitos humanos tornam-se uma estratégia central para completar a liberalização econômica que as Instituições Financeiras Internacionais e os principais doadores sugerem aos países africanos.

Do mesmo modo, (Nóbrega) salienta:

Houve que esperar pelos anos noventa para assistir ao regresso da democracia ao continente africano. A queda do Muro Berlim, abriu a porta à mudança política na África. Com o colapso da União Soviética, os regimes autoritários africanos perderam a capacidade de usar a rivalidade Este oeste que, até então, mantivera ininterrupto o fluxo de fundos internacionais ao dispor de suas elites. Sem acesso aos fundos internacionais para pagar os salários da função pública, os soldos aos militares e para assegurar a fidelidade das extensas redes de clientes, a manutenção dos regimes autoritários tornava-se insustentável. (NÓBREGA, 2010 P.6).

Contudo, conforme bem coloca Branco (2006) ainda que tomemos como ponto de partida o final da Guerra Fria, não podemos descartar a influência das centenas de anos de domínio colonial europeu exercida sobre a quase totalidade dos países africanos, a saber, a

forma como este viria influenciar no desenvolvimento e, em última instância, no processo de democratização desses países.

De acordo com este autor esta influencia se faria sentir em dois aspectos. Primeiro, na formação da estrutura econômica e em segundo lugar, na formação do rompimento de laços culturais, ao aprisionar, por um lado, a diversidade étnica no seio de territórios arbitrariamente definidos, e por outro lado, ao criar artificialmente as próprias diferenças étnicas.

O autor ainda acrescenta que o fato da colonização, em muitos países africanos ter-se dado em função de interesses em torno da exploração dos recursos naturais, e das culturas exóticas, constitui razão para sua excessiva especialização e progressiva dependência de voláteis mercados externos, cujos efeitos sobre o processo de democratização são bem conhecidos (Branco 2006).

Nesta linha de pensamento, é válido ressaltar segundo Nóbrega (2010), em África, o poder indissociável da riqueza e de sua ostentação, num contexto em que privilégios econômicos estão intrinsecamente ligados ao poder político, tanto como sua principal recompensa, como forma de mantê-lo³³.

Nas palavras de Branco: “não é de todo inesperado que estas características econômicas incentivem os dirigentes a manterem o poder a todo custo. Deveras a maioria dos países africanos muito dependentes dos recursos naturais, á notável exceção da Botswana, tem enfrentado muitas dificuldade em democratizar e consolidar a democracia, em comparação com outros países do continente”.³⁴ (BRANCO, 2006, P.20).

Acrescenta-se a isso, que na África a luta pelo poder nas democracias tende a ser particularmente intensa, permanente e dura, conduzidos em casos mais extremos a um jogo de soma zero, o que não confere um status tão digno à elite não governante, nem menos instituições que possam de certa forma amortecer sua derrota. Assim sendo, a luta pelo poder tende a ser mais acirrada, tornando uma questão de luta pela subsistência.

Desse modo, Visentini coloca que: “após uma breve redemocratização, muitos regimes autoritários estão voltando ao poder na África, ou pelo menos, antigos ditadores vencem eleições ou reassumem na estreia de conflitos internos, geralmente com apoio popular”. (VISENTINI, 2007, P.142).

³³ Ademais para a elite política africana, conduzida sempre a ostentar e obter recursos em benefícios dos seus familiares e de daqueles que lhes apoiam, o enriquecimento em funções públicas, através da apropriação de bens e de capitais públicos é considerado normal, seja, tido como algo de direito em função do estatuto que alcançou.

³⁴ São exemplos disso, a exploração de petróleo e diamantes em Angola, na Nigéria, na República Democrática do Congo ou na Serra Leoa.

De fato, o continente africano é rico em maus exemplos em matéria de democracia. Exemplos passados e presentes demonstram isso, como é o caso de Ruanda, onde a transição para a democracia culminou em genocídio; do Zimbábue; da Guiné Equatorial, onde o presidente se elegeu com quase 100% dos votos, ou mesmo, do Quênia onde o processo eleitoral em 2008 quase levou a país à beira de uma guerra civil. São exemplo de casos mais recentes, a Líbia, o Egito e Guiné-Bissau.

Não obstante, para bem compreendermos o fenômeno da democracia em África, vale levarmos em consideração segundo Nóbrega (2010) que se trata de um processo ainda em construção, que concomitantemente combina ideias, valores e instituições democráticas ocidentais com os preexistentes nas sociedades africanas. Conseqüentemente essa democracia que chega ao continente, revela, por um lado, uma faceta democrática, e por outro lado, uma autoritária.

É por isso que a Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governança, no seu preâmbulo, reconhece as contribuições que a União Africana e as Comunidades Econômicas Regionais poderão prestar no que tange a promoção, proteção, reforço e na consolidação da democracia e da boa governança. Estas instituições trabalham neste sentido, e estão cientes que as mudanças anticonstitucionais de governo constituem uma das causas de insegurança, de instabilidade, de crise e até mesmo de violentos confrontos na África³⁵.

As democracias africanas são ainda por sinal um misto de autoritarismo e de democracia. Ainda não se pode definir seu sucesso ou seu fracasso, contudo, a União Africana deve estar atenta ao entendimento de que a democracia somente terá a possibilidade de se desenvolver na sua plenitude quando os setores sociais e políticos estiverem ligados aos demais setores, e em última análise, quando a representatividade estiver associada à limitação dos poderes e à consciência de cidadania.

Em síntese, nas palavras de Palhares (2004), a implantação da democracia semelhante ao ocidental na África, tem que necessariamente percorrer seu caminho e ir buscando na prática se adaptar ao contexto social do continente. Neste sentido, a restauração do estado social e também o papel das Organizações não Governamentais (ONGs) pode tornar-se mais efetivo, desde que o poder de tomar decisões resida nas sociedades civis africanas. Assim sendo, este comportamento poderá, por fim, limitar o impacto das crises econômicas internacionais e, jogar o importante papel das culturas africanas na restauração do estado social, no sistema democrático, bem como, nas ações para o desenvolvimento.

³⁵Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governança. Disponível em: www.eisa.org.za/PDF/acdep.pdf.

Certamente seria interessante que os Estados da União Africana passem a levar em consideração que a democracia é o principal instrumento que os agentes de uma nação possuem para evitar fomes e desastres coletivos. Parafraseando Sen: “certamente é verdade que nunca houve uma fome coletiva em uma democracia multipartidária efetiva”. (SEN, 2000 P. 208).

Esta breve consideração de Sen nos leva a concluir que exercendo de forma plena todos os direitos políticos presentes em um Estado de democracia, se cria condições para a tomada de decisões em prol do bem estar de todos e impede, em último caso, decisões de governos ditatoriais que estariam mais interessados em cumprir metas orçamentárias do que com as necessidades reais da grande maioria da população.

4.4 DESENVOLVIMENTO E COMÉRCIO

De acordo com (Diallo, 2011) as discussões em torno do desenvolvimento, especialmente, do fim da Segunda Guerra Mundial até o atual período pós Guerra Fria, tem focado muito nos aspectos ditos puramente econômicos, considerando os fenômenos econômicos como principal, senão exclusivo, responsável pela dinâmica do desenvolvimento.

De igual modo, Fernandes (2011) com relação à problemática da teoria do desenvolvimento, data seu surgimento como disciplina com a etapa pós Segunda Guerra Mundial. O mesmo autor salienta o fato da questão do desenvolvimento ter sido sempre associado ao processo de industrialização, razão pela qual na atualidade é muito comum se referir aos “países industrializados” como desenvolvidos.

Essa abordagem do desenvolvimento que foca nos fatores que acarretam a aceleração do crescimento econômico e da modernização de suas economias, admite a necessidade de se engajar num processo de industrialização para acelerar a produção visando alcançar o desenvolvimento. Neste contexto Oliveira (2000), destaca que é comum, na literatura especializada em economia, a associação do desenvolvimento com a industrialização.

É nesta perspectiva, que segundo Ribeiro (2007), surge a necessidade de um debate mais preciso sobre o conceito de desenvolvimento, que pressupõe uma abordagem que leve em conta não apenas o crescimento do PIB, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização.

Dessa forma, a análise do conceito de desenvolvimento, deverá levar em consideração o caráter pluralista, aberto e, portanto, pragmático do termo não se restringindo apenas ao viés exclusivamente econômico.

Nesta ótica, Garcia (1998) é da opinião de que o conceito de desenvolvimento qualquer que seja sua análise deverá resultar do crescimento econômico, porém, acompanhado de melhoria na qualidade de vida, seja dito, a composição de produtos e a alocação de recursos nos variados setores da economia, grosso modo, dever conduzir a melhoras no bem-estar social.

Ademais o paradigma do Desenvolvimento Humano Sustentável leva em consideração vários aspectos tidos como necessários para o desenvolvimento de um povo, englobando não somente o crescimento econômico, mas também a erradicação da pobreza, a sustentabilidade ambiental, a promoção da equidade social e da inclusão social, da igualdade de gênero e de raça, a participação política, bem como, os direitos humanos, todos considerados indispensáveis para o aumento de qualidade de vida humana.

Neste aspecto, a análise do conceito de desenvolvimento feito por Sen (2000) torna-se particularmente interessante na medida em que o mesmo traz outros aspectos enriquecedores para o nosso estudo.

Para este autor, existe uma relação intrínseca entre liberdade e desenvolvimento. Portanto, o autor procura demonstrar que o desenvolvimento pode vir a ser um processo intimamente atrelado à expansão e garantia de liberdade para todos os indivíduos. Para Sen (2000) o desenvolvimento só terá sentido se significar, em última instância, melhores condições para expansão das liberdades individuais. Posto dessa forma, a liberdade passa a ser vista como resultante do desenvolvimento. Assim sendo, liberdades políticas, econômicas e sociais são um meio e o principal fim de uma sociedade.

A propósito Sen argumenta: “o desenvolvimento não consiste apenas no aumento do produto, porque este só traz bem-estar se traduzir na aquisição de bens, de saúde, de educação e para isso é preciso que exista liberdade”. (SEN, 2000, P.43).

Nesta mesma linha de pensamento, o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH, 2007/ 2008) deixa claro que o desenvolvimento humano diz respeito às pessoas, ao alargamento de seu conjunto de escolhas, das suas liberdades essenciais e do potencial humano de modo que estes possam levar uma vida digna.

Sendo assim, em sua análise Sen (2000), afirma que é com o desenvolvimento que se removem as principais fontes de privação de liberdade. São estes: a tirania e pobreza,

negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Não podemos negar que estes aspectos mencionados por Sen (2000) se fazem fortemente presentes do continente negro. Analisado dentro deste âmbito é importante a colocação de Ribeiro ao afirmar que: “o desenvolvimento do continente africano só poderá se realizar mediante a remoção dessas principais fontes de privação de liberdade”. (RIBEIRO, 2007, P.19) acima mencionadas.

Sob esta ótica o autor acrescenta:

A ausência dessas liberdades substantivas está, repetidas vezes, relacionada à pobreza econômica que nega aos indivíduos as liberdades básicas, como as de saciar a fome, obter uma nutrição satisfatória ou remédios para as doenças tratáveis; bem como a oportunidade de vestir-se ou de morar de forma apropriada, tendo acesso à água potável ou saneamento básico. A privação de liberdade também se vincula à carência de serviços públicos e de assistência social. Resulta como é o caso da África, da negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (RIBEIRO, 2007 P. 20).

Na análise Seniana, uma das piores privações, e talvez a mais polêmica, é a restrição do indivíduo ao mercado, pois esta capacidade do indivíduo de buscar seus próprios recursos no mercado, é considerado por Sen como fundamental para garantir a autonomia e conseqüentemente, a liberdade dos indivíduos.

Podemos de certa forma afirmar que na África esta privação está intimamente relacionada com a ineficiência de mecanismos econômicos capazes de proporcionar trabalho digno a todos os indivíduos.

A possibilidade de crescimento se faz presente, contudo não podemos ignorar que embora haja e possa haver crescimento, sobrevivem no continente velhos problemas que convivem com os novos. Portanto, a África ainda vivencia problemas graves que são uma grave ameaça à sustentabilidade da vida econômica e social.

É sob esta ótica, e fazendo um contraponto à antiga Organização da Unidade Africana que a própria União Africana deve se inserir. Portanto, toda esta discussão a respeito da estreita relação desenvolvimento/ liberdade, nos leva a crer segundo Ribeiro (2007) que a União Africana deverá voltar sua atenção para assegurar a expansão das liberdades de que as pessoas desfrutam.

Sob este prisma, a União Africana deverá mostrar capaz de fornecer suporte às diferentes instituições, a exemplo do mercado, governos, partidos políticos e o sistema educacional, ou até mesmo, buscar favorecer a integração entre o mercado e o Estado, já que

ambos mostram ser de fundamental importância em qualquer processo de desenvolvimento e de integração.

Ao desempenhar este papel a União Africana, reconhece o papel fundamental que a integração econômica acarreta no desenvolvimento de seus estados membros. Furtado salienta a importância que este processo pode desempenhar no desenvolvimento. Assim o autor afirma:

A teoria da integração constitui uma etapa superior da teoria do desenvolvimento e a política de integração, uma forma avançada de política de desenvolvimento. O planejamento da integração surge, pois, como a forma mais complexa dessa técnica de coordenação das decisões econômicas. (FURTADO, 2000, P. 331).

Na visão do autor, a aproximação, seja de economias semelhantes, seja de economias díspares, mas sempre e quando integradas segundo um processo cauteloso, planejado, traria implicações importantes enquanto ferramenta de superação das limitações do subdesenvolvimento.

Ainda nas palavras de Furtado: “Como a integração deverá permitir o começo da industrialização, isto é, a instalação de indústrias de reduzidas economias de escala – têxtil, alimentos, etc. – é possível que as principais vantagens por ela proporcionadas estejam do lado da aglomeração”. (FURTADO, 2000, P. 329).

Dessa forma, segundo Baumann (2005), os ganhos de integração regional seriam maximizados, desde que o processo seja acompanhado de um planejamento que reparta entre os países participantes as unidades produtivas, de modo que estas possam produzir em volumes ampliados, graças à escala de mercado conjunto, conduzindo assim a um processo de desenvolvimento mais equitativo.

Ademais partindo do pressuposto de que os países não desenvolvidos (como é o caso de vários pertencentes à União Africana) necessitam de políticas estratégicas de desenvolvimento para a superação dessa condição, a integração pode de acordo com Dathe (2007), ser entendido como uma dessas estratégias, ou como uma forma de viabilizar essas políticas. No entanto, a adoção dessas medidas é difícil para um país isoladamente, assim sua adoção regional poderia ser uma alternativa, produzindo uma estratégia de desenvolvimento a nível regional.

Estimulando a crescimento dos países membros de blocos econômicos no geral, da União Africana em particular, o processo de integração se consolidaria e mostraria potencial

de desenvolvimento, o que por sua vez, conduziria a um aumento de investimento interno e externo respectivamente. (DATHEIN, 2007).

Para levar a cabo um processo de integração que visa em última instância, um maior desenvolvimento econômico, os Estados deveriam cumprir, também em nível regional, algumas funções que vão muito além da correção das falhas de mercado. Deveriam de acordo com Chang (1999), coletivamente, (a) construir um projeto para o futuro; (b) coordenar as mudanças estruturais; (c) construir as instituições necessárias para executar este projeto; além de (d) administrar os conflitos inerentes a esta trajetória.

Para tal Palhares (2004) considera imprescindível o reforço do papel do Estado na África com a implementação do Estado Social, na qual é superimportante o desempenho e o contributo consciente de atores sociais, ONGs e demais organizações da sociedade civil. Em suma, existe essa possibilidade de articular a política social com a política macroeconômica, dado que ambos se reforçam respectivamente, e ainda investir nas produções do continente e na defesa dos interesses africanos nas instâncias internacionais, promover o desenvolvimento e avançar com a União Africana.

Esta possibilidade de construir países economicamente viáveis a partir de uma entidade maior, não é incompatível com a democracia, nem menos depende sua concretização de regimes autoritários. O crescimento requer um clima econômico propício. O desenvolvimento como vimos e como bem saliente Diallo (2011), é um conceito tão amplo, tal como o conceito de segurança e ambos têm objetivos que não excludentes, mas sim mutuamente complementares, pois sem segurança não há desenvolvimento, o contrário também é verdadeiro como mostra ser o caso de vários países africanos, especialmente da África Subsaariana.

O Relatório do Desenvolvimento Humanos das Nações Unidas, já citado nas páginas acima, colabora com este raciocínio ao considerar como uma das suas prioridades um total de 31 países, sendo 5 destes pertencentes à África Subsaariana, onde aponta como obstáculo para seu desenvolvimento conflitos violentos.

Consideramos até agora, sobretudo a questão do desenvolvimento num sentido mais amplo. Desse modo, constata-se que a União Africana percebe a integração como a estrutura necessária para resolver os obstáculos do comércio entre os Estados africanos e assim a criar maiores mercados regionais, que podem alcançar economias de escala e manter sistemas de produção e mercados ao mesmo tempo em que reforça a competitividade da África e assim promover o desenvolvimento. (MONTE, 2010).

A abordagem regional tem sido considerada pela União Africana como a melhor ferramenta para o desenvolvimento do continente africano, assim com o estabelecimento desta entidade e de Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), as ações se centram na racionalização do aparelho estatal em busca do desenvolvimento econômico regional, através da identificação de projetos comuns compatíveis com as demandas e as afinidades dos diversos países.

Cabe ressaltar que, na busca pela unidade e por estratégias de desenvolvimento, algumas nações vem estabelecendo uma série de parcerias externas, que o continente tem-se esforçado em enfrentar coletivamente. Entre essas parcerias externas Monte (2010) destaca a entrada de diversos países na Organização Mundial do Comércio (OMC), os acordos com o Caribe e o Pacífico, e as ações com a União Europeia, bem como os laços comerciais já estabelecidos com grandes parceiros como os Estados Unidos, Brasil, Índia e principalmente a China.

Vejamos agora como é que a África tem saído no que diz respeito a aspectos meramente comerciais. Primeiro, é fundamental analisarmos a questão do comércio a nível nacional. Como poderemos constar adiante existe um incremento maior do comércio dos países membros da União Africana com o exterior do que propriamente com os países do grupo. Desde ponto de vista o que se constata na literatura analisada, é que as trocas comerciais entre os países africanos, grosso modo, é de baixa percentagem.

Particularmente no que se refere à União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMAO), Fernandes (2011) aponta três fatores que contribuem para esta baixa percentagem: o grau de desenvolvimento desses países, o tamanho dos respectivos parques industriais e infraestruturas e nível tecnológico. Ademais, os parques industriais dos respectivos países não dispõem de valor agregado, e as indústrias de peso ou de grandes manufaturas são quase inexistentes.

Ainda cabe destacar, por um lado, a grande semelhança na estrutura de exportação dos países, os quais exibem, por outro lado, diferenças nos níveis de renda, industrialização e infraestrutura. Desse modo, a demanda por produtos de alto valor agregado, exige importação de outros países fora do continente. Trata-se de muitos países que produzem os mesmos produtos, por isso, em última instância, a preferência em comercializar com países terceiros, em vez do vizinho. Explicam-se assim, fortes vínculos comerciais com países externos, especialmente as ex-metrópoles, resultando na baixa percentagem de comércio intra-bloco.

Ademais, essas economias apresentam características semelhantes aos exportadores primários o que, por sua vez, faz com que estes países se tornem extremamente vulneráveis a

crises externas. São economias onde existem poucas indústrias e, portanto, grande concentração de produtos primários na pauta de exportação.

Entretanto, se considerarmos que na década de 1970, o total de trocas comerciais entre os países africanos era de apenas 2% (Banco Mundial, 2007), os valores atuais conforme a tabela1 abaixo apresenta podem ser consideradas satisfatórias.

Tabela 1- Comércio intra-regional na África- 2002/2010 (% das exportações totais)

Blocos/anos	2002	2004	2005	2006	2007	2008
CEDEAO	11.1%	11.7%	11.9%	10.4%	10.8%	12%
UEMAO	12.6%	12%	12%	12.2%	12.4%	14%
CEEAC	13%	n.d	n.d	1.4%	n.d	n.d
CEMAC	13%	n.d	2.0%	4%	n.d	n.d
SADC	12.6%	11%	12%	12.2%	n.d	14%

Fonte: Fernandes (2011, p. 192)

A preocupação da União Africana tem sido no sentido de incrementar os baixos níveis de comércio intra-africano e interno. O mapa atual, com muitas e pequenas economias constitui um desafio ao desenvolvimento comercial do continente, conforme se pode verificar na tabela.

A tabela fornece dados relativos ao comércio intra-bloco na África como um todo. A ausência de dados exclusivos no que diz respeito à União Africana se explica pelo fato da própria organização não só reconhecer, como também, apoiar essas iniciativas de integração por sub-regiões com vista no futuro próximo a construção de uma Unidade Continental.

Como bem observa Monte (2010), uma característica notável de integração regional na África pode ser percebida através da participação dos Estados africanos em vários acordos comerciais regionais. Atualmente, dos 53 países, 27 são membros de duas organizações regionais, 18 pertencem a três, um país participa de quatro entidades. Para fechar a conta, sete países mantiveram participação em apenas um bloco.

A análise da tabela nos permite perceber que a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMAO) possui uma ligeira vantagem sobre o resto do grupo, com exceção da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que se fortaleceu com a entrada da África do Sul.

A integração regional poderá acelerar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável de África. Assim, um maior incremento do comércio intra-bloco tem sido feito através das Comissões Econômicas Regionais, mas são necessários esforços adicionais a nível regional e continental.

Nesta perspectiva, a União Africana prevê objetivos ambiciosos, como a criação da Comunidade Econômica Africana (CEA), com uma moeda única, até 2023. A sua implementação segundo Perspectivas Econômicas na África (2012) está, neste momento, na terceira fase, para a criação de áreas de comércio livre e uniões aduaneiras até 2017. O Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade da África Oriental (CAO), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) têm o estatuto de área de comércio livre e lançaram programas para a concretização, no prazo estabelecido, da união aduaneira.

Ainda de acordo com Perspectivas Econômicas na África (2012) na África Ocidental, foram reforçados os laços entre a CEDEAO e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). As duas instituições têm um programa comum de liberalização econômica e de convergência de políticas macroeconômicas. Na África Central, a CEEAC e a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) estão a reforçar os laços mútuos, com o objetivo de harmonizarem os seus programas. A CAO e a COMESA assinaram um memorando de entendimento para impulsionar a harmonização de políticas e programas. A COMESA e a SADC lançaram igualmente atividades conjuntas.

Estes aspectos demonstram um esforço conjunto dos líderes da União Africana em acelerar os esforços para remover os obstáculos que ainda obstam à criação de uma área de comércio livre continente. A Comissão da União Africana e outras organizações têm, desde então, emitido recomendações para o crescimento do comércio intra-africano e para acelerar a área de comércio livre, objetivos apoiados pela União Africana.

De igual modo a União Africana juntamente com estas entidades regionais por ela reconhecidas, estão a trabalhar em conjunto a fim de enfrentar os problemas através da eliminação de barreiras comerciais, do reforço da integração econômica, da promoção da livre circulação de pessoas. Acrescenta-se que a União Africana, os agrupamentos regionais e os governos nacionais estão a tentar melhorar e reforçar os mercados financeiros. À escala continental, a União Africana está a trabalhar na criação do Banco Africano de Investimento (BAI), do Banco Central (BCA) e do Fundo Monetário Africano (FMA). Ainda de acordo com Perspectivas Econômicas na África (2012) União Africana lançou o Programa Mínimo

de Integração (PMI), onde são definidas áreas prioritárias em relação às quais as comunidades econômicas regionais podem reforçar a cooperação e beneficiar das vantagens comparativas da integração.

Estas preocupações e projetos se enquadram num contexto em que se observa uma mudança no padrão internacional do comércio, dessa forma agrupamento de países, blocos regionais de integração, à margem do processo começaram a buscar um maior papel no equilíbrio das estruturas de governança econômica global.

Ora de acordo com Fernandes (2011), quando se fala da marginalização e em especial, no caso da África no comércio internacional, geralmente tal referência diz respeito ao tratamento desigual que o continente recebe no comércio mundial. Neste aspecto, o autor salienta que os países africanos ocupam uma posição de extrema marginalização. Conforme o autor, não se trata, no entanto, de ignorar o benefício que a participação no comércio global acarreta no desenvolvimento dos países.

Denota-se nesta constatação que a participação, sobretudo da África Subsaariana, no comércio global tem diminuído. Na atualidade é de apenas 2%, contra, os 4% que detinha na década de 1970 e ínfima se comparada com demais regiões.

A tabela abaixo traz alguns dados que apresentam os fluxos financeiros por regiões, que nos permite fazer uma comparação entre a África Subsaariana e as demais regiões. Os fluxos financeiros para a região ficam muito aquém das expectativas e muito inferior ao fluxo para as demais regiões, bases da comparação.

Tabela 2- Fluxos financeiros privados por regiões- 2000/2009 (Bilhões de dólares)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
África Subsaariana								
Flux. Fin. Priv. Líq.	3.4	3.7	13.7	20.9	13.3	28,1	24.5	24.4
Entradas	-7.3	-10.1	-10.4	-17.5	-32.7	-28.2	-18.9	-12.3
Saídas	10.9	13.8	24.2	38.5	45.7	56.2	43.2	36.6
Ásia em desenvolvimento								
Flux. Fin. Priv. Líq.	25.4	81.7	144.0	90.0	50.2	190.0	49.4	162.6
Entradas	-34.8	-23,5	-53.2	-114.5	-226.3	-245.9	-167.0	-82.8
Saídas	59,8	104.8	197.0	204.5	275.5	435.7	215.5	245.6
América Latina e Caribe								
Flux. Fin. Priv. Líq.	38.8	17.0	16.7	46.8	39.5	110.0	66.3	33.1
Entradas	-30.8	-33.6	-45.5	-49.8	-90.6	-114.1	-73.3	-92.7
Saídas	69.3	49.4	61.8	95.9	129.9	223.9	11.3	126.4
Oriente Médio/ Magreb								
Flux. Fin. Priv. Líq.	-7.5	11.0	-3.6	2.5	-19.7	45.0	49.5	11.6
Entradas	-12.5	-22.5	-71.3	-93.6	-237.6	-356.0	-20.0	27.4
Saídas	5.2	33.5	67.7	96.1	96.1	410,0	53.9	24.7

Fonte: Dados de indicadores de desenvolvimento mundial do Banco Mundial (2010),
Para composição dos blocos ver nota³⁶.

Esta discrepância nos dados na tabela acima apresentados nos dá uma dimensão ampla da posição marginal da África Subsaariana no comércio mundial. Por exemplo, os fluxos da África Subsaariana, em 2003 de acordo com Fernandes (2011) eram de 3,7 bilhões de dólares contra 81,7 bilhões de dólares da Ásia em desenvolvimento e 69,3 bilhões de dólares para América Latina e Caribe. De modo similar, em 2009, os fluxos para África Subsaariana eram de 24.4 bilhões de dólares contra 162,6 para Ásia e 31.1 bilhões de dólares para América

³⁶A região da África Subsaariana é composta por 47 países: África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Burkina Fasso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritréia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Ilhas Comores, Lesoto, Libéria, Madagascar, Maláui, Mali, Mauritânia, Maurício, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, República Democrática do Congo (Ex-Zaire), São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Magreb e Oriente Médio: Engloba alguns países ao norte da África, a saber, Marrocos, Saara Ocidental, Tunísia, Argélia, Mauritânia e Líbia. O Oriente médio é composto pelos seguintes países: Afeganistão, Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Chipre, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Israel, Irã, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Palestina, Síria e Turquia.

Ásia em Desenvolvimento: São considerados países da Ásia em desenvolvimento que também fazem parte do G-20 a China, Filipinas, Indonésia, Paquistão e Tailândia.

América Latina e Caribe: são considerados também os países que fazem parte do G-20: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

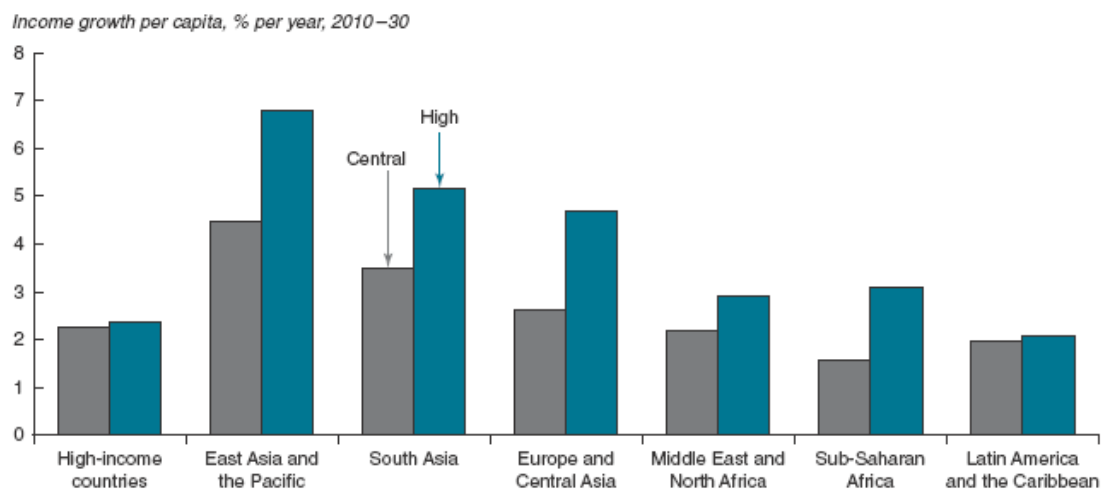
Latina e Caribe, respectivamente. Conforme salienta Palhares (2004) a economia da África Subsaariana se assenta na exportação de matérias primas, a exemplo do petróleo e do gás natural, ainda sim dominado por interesse de países estrangeiros. Embora a comparação seja feita tomando como ponto de referência a África Subsaariana por motivos já mencionados, estes dados nos dão uma boa medida da dimensão da posição africana frente à globalização.

Nesta ótica, não podemos ignorar o fato de que a África consome o que não produz e produz o que não consome. Assiste-se, desse modo, uma desregulamentação das trocas comerciais. Para além das restrições ao comércio, existem também grandes debilidades nas questões de cunho ambiental.

Não obstante as dificuldades acima mencionadas, segundo Mourão (1997) não há como negar a existência de potenciais a serem explorados com a expansão do comércio no continente como demonstra o gráfico 1a seguir. É o caso da possível triangulação envolvendo os espaços regionais do MERCOSUL, da SADC e da EU, centrada em torno de interesses que sejam reais e complementares dos três potenciais parceiros regionais.

A África tem potencial para promover um crescimento mais acelerado, até mesmo países de menor porte podem vir a se beneficiar desse processo, como é o caso da África Subsaariana conforme ilustrado na figura. No entanto, faz-se necessário que se criem condições adequadas e que cessem os conflitos nesta região do continente, uma vez que tais conflitos têm prejudicado seu desenvolvimento. Igualmente, faz-se necessário um importante esforço da África Subsaariana, para que não seja nas palavras Ribeiro (2007), deixado para trás nas próximas décadas.

Gráfico 1- É possível uma maior aceleração



Fonte: www.worldbank.org/gep2007.

Feitas as reformas políticas e econômicas e criadas as condições que garantam a paz e assegurem a estabilidade necessárias ao investimento, o World Bank prevê que o nível de crescimento para o continente poderá ser duplicado, conforme apresentado no gráfico acima. De acordo com a mesma fonte, economias da África Subsaariana continuarão a crescer a uma média superior a 5 % em 2011, com a expectativa de chegar a quase 6 % em 2012, devido às intervenções pontuais para estimular a produção em vários países.

Conforme sugere o gráfico existem economias passíveis de serem exploradas quando o comércio expande mercados. No que se refere à China e Índia, o aumento das suas exportações tem-se acelerado e conseqüentemente a demanda por insumos, como energia, tecnologia e bens de capital poderá afetar e acelerar diretamente o crescimento das exportações provenientes do continente africano nos últimos anos.

Atualmente, a África constitui uma nova fronteira de oportunidades, além de abrigar algumas das economias que mais crescem no mundo. Nas palavras de Ribeiro: “ao voltar suas economias para fora, os países africanos tem como explorar e beneficiar do crescimento e a elevada demanda produzida pelas economias emergentes, particularmente pela China, pela Índia e mesmo pelo Brasil, que oferecem grandes oportunidades para o aumento de suas exportações”. (RIBEIRO, 2007 P.10).

A partir desta perspectiva vejamos alguns dados interessantes, especialmente em relação ao engajamento da África com os BRICS. Segundo a ICTSD (2012), a taxa de crescimento do comércio dos BRICS com a África ultrapassou aquela do agrupamento com o restante do mundo, bem como a média de crescimento do comércio global. Particularmente no que se refere ao caso de Índia e China, o intercâmbio com a África responde por 2,6% e 2,3% de seu produto interno bruto (PIB), respectivamente. Quanto ao Brasil, esse percentual corresponde a 1,7% e, no que diz respeito à Rússia, a 0,5%. Nesses termos, a África do Sul é o integrante do agrupamento que apresenta o comércio mais intenso com o continente, tendo registrado, em 2010, fluxo comercial superior a 3% de seu PIB (INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT – ICTSD, 2012).

Neste contexto, não poderíamos deixar de salientar, o intercâmbio com a China, maior parceiro da África. Este passou de US\$ 3,5 bilhões em 1990 para mais de US\$ 120 bilhões em 2010, o que corresponde a cerca de dois terços do total comercializado pela África com os BRICS. Dadas as significativas reservas de recursos naturais da Rússia e a predominância econômica da África do Sul na região, os dois são os únicos dentre os BRICS a apresentar superávit comercial com a África (ICTSD, 2012)

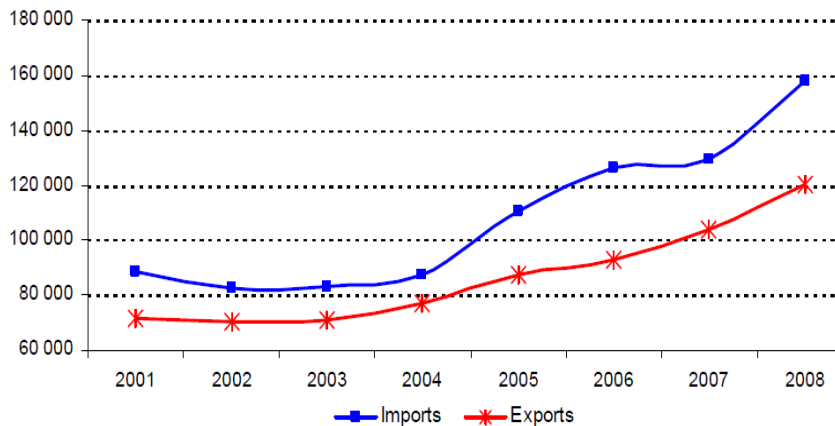
Ainda de acordo com ICTSD (2012) durante a crise financeira, no período 2008-2009, o comércio total entre a África do Sul e a África decresceu 24%, passando de US\$ 21,2 bilhões em 2008 para aproximadamente US\$ 16 bilhões em finais de 2009. Contudo, no ano seguinte, verifica-se uma recuperação de 17% no comércio sul-africano com o continente, que atingiu US\$ 18,8 bilhões. Entretanto, cabe salientar, que esse intercâmbio comercial está concentrado em poucos países: Nigéria (35%), Angola (32%) e Moçambique (8%) compõem 75% das importações da África do Sul; enquanto Zimbábue (17%), Moçambique (16%) e Zâmbia (14%) representam aproximadamente 47% das exportações.

A partir dos dados acima expostos, podemos constatar que, não obstante, o crescimento no comércio da África do Sul com demais países do continente, verifica-se uma concentração do comércio em poucos países, bem como em produtos primários. O comércio de produtos de maior valor agregado permanece fraco, o que evidencia uma forte dependência do país de *commodities*. E o comércio com os países de fora do continente estão em franca ascensão. O papel ascendente das economias emergentes, como a China, a Índia e o Brasil, no comércio com África e no investimento tem continuado a ganhar força. Tal fato amplia as oportunidades para uma cooperação Sul-Sul mais profunda com vista a promover a diversificação do mercado africano e do investimento.

Com relação a União Europeia, o comércio com a África tem tido um auge, um desenvolvimento que ainda está em curso. Segunda a imprensa Lusa, a União Europeia é o maior parceiro da África tendo as relações comerciais entre os dois blocos intensificados nos últimos anos, de acordo com os mais recentes dados do Departamento de Estatísticas Europeu (Eurostat).

O gráfico 2 abaixo apresenta as trocas comerciais entre os dois blocos. Em 2006, as transações comerciais entre os dois blocos ultrapassaram os 218,2 bilhões de euros (R\$ 572,11 bilhões), com destaque para França, Alemanha, Itália e Espanha, os maiores parceiros comerciais da África, conforme Eurostat (2012). As exportações da União Europeia para a África passaram de 66,4 bilhões de euros em 2000 para 91,7 bilhões de euros em 2006, representando 7,9% do total das trocas comerciais europeias no período anterior. De igual modo as importações também cresceram, passando de 85 bilhões para 126,4 bilhões de euros no mesmo período, correspondendo a 9,3% do total das transações da União Europeia.

Gráfico 2- Desenvolvimento extra-UE, o comércio com a África (milhões de euros) entre 2001-2008.



Fonte: Source: Eurostat/ Comext (DS 018995)

Segundo dados do gráfico³⁷, o valor total de bens da UE importados de países africanos em 2008 foi de EUR 158 bilhões, contra as exportações para a África no valor de 120 mil milhões. Daí déficit comercial da UE foi 38 bilhões, o maior déficit registrado durante o período observado e consideravelmente superior (48%) do que o registrado em 2007. O aumento do valor das importações entre 2007 e 2008 podem ser largamente atribuídos ao maior valor dos produtos energéticos, que seguem preços mundiais e foram importadas principalmente da Argélia, Líbia, Nigéria e Angola. Entre os 27 países da UE, o maior exportador foi a França, com 20,9 bilhões de euros, seguida pela Alemanha, com 16,2 bilhões de euros, e Itália, com 12,6 bilhões. Do lado africano, África do Sul (19,9 bilhões de euros), Marrocos (10,4 bilhões de euros), Argélia (9,9 bilhões de euros) e Egito (9,1 bilhões de euros) são os maiores destinatários das exportações europeias. (EUROSTAT, 2012).

A partir desta análise, acredita-se que os países africanos estejam cientes da importância do comércio e investimentos como alavancas para o crescimento econômico, desenvolvimento, bem como, a redução da pobreza. Assim, a maioria dos países conjuntamente com a União Africana tem levado a cabo esforços no sentido de criar um ambiente de comércio mais favorável.

Como bem coloca Ribeiro:

³⁷Os dados apresentados no gráfico 2 representam os mais recentes dados do Departamento Estatístico Europeu (Eurostat). Não foi possível encontrar dados atualizados que demonstrem a evolução do comércio entre os dois continentes, por esse motivo são apresentados na figura dados de 2001 a 2008. Ademais em função da difícil situação por que passam as economias europeias, tudo leva a querer a um incremento maior do comércio entre a África e economias emergentes como a China, Índia e Brasil.

Mais do que apresentação de resultados econômicos, o conjunto de dados expressos reflete a dimensão de opções políticas. Assim como ocorreu no Brasil entre as décadas de 80 e de 90, um crescente número de Estados africanos, a exemplo da África do Sul e Angola, tem registrado profundas transformações em suas estruturas políticas, econômicas e sociais em plano doméstico. Além da implementação de regimes políticos democráticos, observa-se a implementação de políticas econômicas de priorização da estabilidade macroeconômica, consideradas como essenciais para o desenvolvimento sustentado; ao mesmo tempo em que a redefinição das estratégias de industrialização que não se realizam pela substituição de importações, mas pela integração das respectivas economias aos fluxos internacionais de comércio e investimento. (RIBEIRO, 2007, P. 12).

Ao chamarmos essa responsabilidade para a União Africana, nota-se que ela se encontra inserida dentro de um processo mais amplo que esta sendo promovido dentro da continente africano como um todo, pois como bem frisamos anteriormente a sua atuação nas questões (solidificação da democracia, da paz e segurança, do desenvolvimento e infraestrutura) que se mostram urgentes, pertinentes e demandam ações resoluções concretas, englobam a totalidade dos países que compõem esta entidade, ou seja, o continente africano em sua plenitude.

A este propósito, segundo Palhares (2004) a União Africana deverá, em médio prazo, estabelecer metas alcançáveis baseados em projetos concretos no domínio econômico com uma componente social, tendo sempre em mente que as atividades humanas não dependem única e exclusivamente do mercado, sendo imprescindível mudar as relações norte-sul. Iniciativas de curto prazo devem, por seu turno, contemplar a implementação de regras de um sistema justo e sustentável do comércio e finanças.

Ainda dentro desta perspectiva, o autor salienta que os países africanos têm a oportunidade na utilização de planos de combate à pobreza, para estudar o acesso aos mercados de produtos africanos com o objetivo de produzir o que se consome e diminuir a importação, promoverem a criação de mercados e feiras regionais para o escoamento de produções nacionais, bem como, melhorar a capacidade de negociação frente a demais comunidades econômicas. (PALHARES 2004).

Conforme a Conferencia Das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2005) prevê-se um aumento dos fluxos de investimento para o continente, devido ao grande numero de projetos anunciados na região, bem como, a quantidade expressiva de investidores interessados nos recursos africanos e políticas que favorecem a entrada de IDE no continente. Desse modo, após décadas estagnadas, a economia africana passa a dar sinais de recuperação. Tem-se observado não apenas uma aceleração do crescimento econômico, como também novas oportunidades de comércio e investimento.

No entanto, é preciso cuidar para que essas oportunidades sejam transformadas em benefícios. Neste sentido, segundo ICTSD (2012) os países africanos podem, por exemplo, adicionar aos projetos de infraestrutura, termos e condições ligadas a áreas de maior necessidade e urgência. Do mesmo modo, faz-se necessário uma abordagem ativa que permite o desenvolvimento de estratégias de cooperação que vão de encontro com os objetivos de desenvolvimento regional e nacional.

Em síntese, há que reconhecer até o presente momento, o esforço louvável promovido pelos Estados africanos na promoção de reformas e nível econômico e político, bem como na busca por uma inserção mais dinâmica no sistema internacional. A África deve nas palavras de Palhares: “se convencer que é possível realizar obras concretas com recursos e ideias inovadoras”. Apesar dos desafios é possível a construção de um futuro melhor. (PALHARES 2004 P.6).

A União Africana deve continuar a mostrar sua capacidade latente para prosperar. A diversidade cultural, a riqueza dos recursos naturais, a extensão e variedade do território de 30 milhões de Km², o potencial humano de cerca de um bilhão de habitantes dos quais 60% com menos de 25 anos, a boa governança como uma exigência e um mercado com oportunidades enormes de expansão são trunfos nessa caminhada. A União Africana aposta nessa direção, seu objetivo principal visa precisamente, a promoção do desenvolvimento e da integração do continente.

A União Africana acredita que os países africanos possam transformar, majoritariamente, em países de rendimento médio nos próximos anos, investindo estrategicamente nos seus recursos naturais, face à demanda concorrencial mundial dos mesmos, acelerando a industrialização, integrando o comércio mundial com mais valia e desenvolvendo os fatores de competitividade em todos os domínios.

É certo que a África tem pela frente numerosos desafios, mas que geridos estrategicamente, poderão ser transformados em oportunidades. A União Africana pode, neste contexto, ter um papel de mais valia, na elaboração de uma Agenda Africana que seja simultaneamente coerente com o processo de desenvolvimento africano e inclusiva de todos os interesses dos Estados-nações africanas.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo avaliar o processo de integração da União Africana, na tentativa de identificar os principais desafios e as possíveis oportunidades desta entidade. Neste contexto, salientaram-se os principais desafios e dificuldades por que passa a organização.

O segundo capítulo foi dedicado à revisão bibliográfica sobre a integração regional e suas teorias. Esta análise trouxe além de motivos de ordem econômica, fatos políticos que explicam o processo de integração, uma vez que se entendeu que fatores puramente econômicos não se mostram o suficiente para explicar este fenômeno, fazendo-se necessário uma abordagem desde o ponto de vista da economia política.

Neste capítulo constatou-se que perante a diversidade conceitual da integração, o elemento mais conciliador é que integração pressupõe a junção das partes em um todo. As causas e os objetivos integracionistas podem variar ao longo do tempo. Podem, portanto ser econômico, político e até mesmo religiosos, em razão do contexto e/ou das circunstâncias, mas fica claro que a cooperação é uma ideia comum a todas elas. Por exemplo, como bem constatamos na África, a integração surgiu como uma forma de luta contra a colonização e, posteriormente, se transformou numa estratégia para o desenvolvimento dos países.

A partir da análise deste capítulo também podemos concluir que as teorias econômicas de integração não seriam por si só capazes de explicar o fenômeno da integração. Conforme destaca Torrent (2006) mesmo havendo uma vontade economia em grande escala, se não houver uma manifestação política todos os desejos integracionistas vêm abaixo. Portanto, os estreitos vínculos de elites importantes, ou organizações nacionais como partidos políticos, sindicatos, associações são fundamentais para uma integração regional ampla e eficaz.

No terceiro e quarto capítulo trouxemos questões não somente relacionadas à evolução da União Africana buscando-se assim, o marco de sua origem, a trajetória que se percorreu até a presente organização tal como ela hoje se denomina e se apresenta, bem como, as dificuldades políticas e econômicas por que passa o continente africano dentro dos marcos de uma integração continental a partir dessa entidade. Não obstante, as dificuldades, através da abordagem de temas como paz e segurança, democracia, globalização e por último comércio e desenvolvimento buscou-se apontar algumas oportunidades para possível melhoria nas condições socioeconômicas do continente africano.

No capítulo terceiro, ao buscar na história as origens da União Africana (UA), deu-se ainda que brevemente destaque as duas instituições que marcaram profundamente a trajetória

do continente africano, a saber, a Conferência de Bandung e a Organização da Unidade Africana (OUA).

Particularmente no que se refere à Organização da Unidade Africana, posteriormente, verificou-se que nos primórdios de sua existência, este intensificou seus esforços na luta pela libertação nacional e pela erradicação da *apartheid* na África do Sul. Mas, mostrou-se incapaz de fazer frente, sobretudo aos problemas econômicos por que passavam os países.

A Organização da Unidade Africana não possuía uma clara estratégia de econômico nos primeiros anos. A Organização de Unidade Africana voltaria segundo Fernandes (2011) a dar prioridade a problemas econômicos, em especial a permanente crise econômica por que passam os Estados Africanos na década de 1970. Entretanto, a sua atuação no sentido econômico, teria sido restrito e pouco significativo.

Incapaz de por fim às clivagens do continente este veria ser substituído em 2002 pela União Africana. Esta organização é criada, portanto com o intuito de corrigir o legado negativo deixado pela sua antecessora e levar a cabo a inserção do continente africano de forma positiva no futuro que ora se vislumbra.

Analisamos a União Africana como a condição primordial para a avaliação dos êxitos e das dificuldades resultantes do processo de integração dos países africanos no contexto global. Buscamos entender a importância do processo de integração para o desenvolvimento regional, e em última, análise o papel da União Africana na adoção e definição de medidas e prioridades concretas para inserção de projetos nacionais a nível continental.

Considerando as vantagens que a integração regional pode proporcionar conforme se pôde verificar ao revisarmos as principais correntes explicativas deste fenômeno apresentadas no segundo capítulo desta monografia, se pode verificar que a na busca por meios e estratégias de superar as condições anteriormente e ora apresentados e com vista a impulsionar o desenvolvimento, a integração regional mostrou ser umas das opções mais viáveis para o continente africano. Neste sentido, a criação da União Africana em substituição à antiga Organização da Unidade Africana colabora com essa busca por uma maior integração.

Demos especial atenção aos desafios meramente institucionais por que passa a organização, pois consideramos ser de fundamental importância a insistência de um forte aparato institucional para poder enfrentar de forma incisiva os problemas econômicos e sociais do continente como um todo. Verificamos neste sentido, que não obstante as dificuldades, os enormes desafios, são louváveis os esforços que a União Africana tem empreendido até então.

Consideramos, apesar da escassa literatura com respeito à União Africana que conseguimos atingir nossa meta, na medida em que conseguimos analisar todos os objetivos e tópicos propostos e acima de tudo por termos conseguido provar as hipóteses que nortearam nossa pesquisa.

Portanto, comprovamos a hipótese de que se torna fundamental a criação de um ambiente econômico mais favorável nos países que compõem a União Africana. Essa hipótese encontrou respaldo, sobretudo ao voltarmos a nossa atenção para África Subsaariana, onde podemos verificar que os dados econômicos são mais ínfimos, muito em virtude dos conflitos que assolam parte dessa região criando assim um ambiente econômico desfavorável ao investimento. Conforme verificado, criadas as condições que garantam a paz e assegurem a estabilidade necessária ao investimento, o Banco Mundial prevê que o nível de crescimento para o continente poderá ser duplicado.

Ademais, no quarto e último capítulo, trabalhamos com um conceito de desenvolvimento de Sen que pressupõe reconhecer o caráter pluralista, aberto e pragmático do termo que supera a dimensão estritamente econômica. Constatamos neste sentido, que índices de crescimento como aumento do PNB, por exemplo, nem sempre significam melhoria nas condições de vida. Conforme Sen (2000) o desenvolvimento além de proporcionar aumentos de produção na produção e na renda, deverá ter em conta aspectos ligados à fome, acesso à saúde, ao trabalho, ao saneamento básico, etc. Verificamos assim, a existência no continente daquilo que Sen (2000) considera como principais fontes de privação de liberdade como é o caso da: a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, carência e/ou negligência dos serviços públicos e intolerância e interferência excessiva de Estados repressivos. Neste aspecto verificamos que a remoção dessas fontes de privação de liberdade é uma condição necessária para o desenvolvimento pleno do continente africano. Assim, para granjear melhores resultados a União Africana terá que pautar pela expansão das liberdades reais da população.

Analisados os dados econômicos, se pode verificar que estes apontam para um melhor desempenho econômico no início do novo milênio praticamente em todos os países do continente. Ainda que esse crescimento não se tenha dado de forma equitativa pelo e esteja longe daquilo que realmente se almejava, um crescente número de países está a entrar para o curso do crescimento. Denota-se que a África Subsaariana onde os dados realmente são mais ínfimos merece especial atenção da União Africana que não deverá medir esforços para por fim aos conflitos presentes nesta região, pois estas têm dito a capacidade negativa de limitar seu desenvolvimento.

Portanto, cabe a União Africana atuar de forma firme e coerente nos aspectos políticos e econômicos dos países africanos buscando sempre fortalecê-los. Mostramos que a África tem a possibilidade de almejar um crescimento maior motivado pelo processo de globalização e adquirir vantagens da maior demanda dos países emergentes a exemplo da China, Índia e Brasil. Para ficou claro que é indispensável que os países promovam um ambiente econômico propício a investimentos.

Sabemos que devido a diversidades culturais existentes na África, a atuação da União Africana pode ser considerada muito complexa, inclusive para construção de uma entidade supranacional. Mas, para não cometer os mesmo erros que sua antecessora (OUA), a União Africana deverá ao reavaliar sua estrutura atuar com mais firmeza e coerência nos assuntos que dizem respeito ao continente, e assegurar como muitas vezes se ressaltou as liberdades reais de que a pessoas desfrutam. A expansão das liberdades não apenas como um fim primordial, mas também como principal meio para se alcançar o desenvolvimento.

Em suma, considera-se que a União Africana ainda tem um longo caminho a percorrer no que se refere à construção de uma entidade como organização e em seguida na busca por maior desenvolvimento econômico, social e político. É preciso acreditar que o continente tem potencial para isso e levar a cabo medidas que façam prevalecer suas prioridades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Castro. **Globalização da questão social e sua incidência na África**, 2005.

BRANCO, Carlos Manuel Martins (2006), **Etnicidade e Violência Étnica: As Diferentes Abordagens Teóricas e a sua Utilidade na Gestão de Conflitos**, Revista Militar. Disponível em: www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=158. Acesso em: 5 de outubro de 2012.

BADIR, Mbuyi k. **La integración africana: problemas e perspectivas**. Publicaciones de Instituto de Cooperación Internacional. Madrid: 1993.

_____. **Ideologías y Experiencias de Integración Regional em África: problemas e perspectivas**. Tesis (Doctorado em Ciencias Políticas)- Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de La Universidad Complutense. Madrid, 1992

_____. **África em La globalización neoliberal: las alternativas africanas**. Revista THEOMAI. **Estudios sobre sociedad e desarrollo**, Buenos Aires, n. 17. ° semestre, 2008.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. “As Áfricas e suas ordens políticas: entre o otimismo e o pessimismo.” In: COELHO, Pedro Mota; MEDONÇA, Helio Magalhães de. **Relações Brasil-África: um colóquio**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2002.

BALASSA, B. **A Teoria de La Integración Económica**. Ciudad de México: Hispano Americano, 1980.

CARVALHO, Maria. R. **Economia internacional**. São Paulo: Saraiva 2000.

COMUNIDADE ECONOMICA AFRICANA (CEA), **Relatório Econômico sobre a África**, 2006.

CHANG, Há-Joon. **Kicking Away the Ladder: development strategy in historical Perspective**. London: Anthem Press, 2002.

COMISSÃO ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINO E CARIBE (CEPAL), 1994. **El regionalismo abierto em América Latina y el Caribe**, Santiago de Chile.

COLLIER, Paul; GUNNING, Jean. Explaining African economic performance. **Journal of Economic Literature**, v.73, p.1-54

CORVENIN, R Et M. **Histoire de L´Afrique. De La deuxieme guerre mondiale à nous jours**, Paris, Payot.

DATHEIN, Ricardo. **Integração Econômica e políticas de Desenvolvimento: experiência e perspectivas para América Latina**. UFRGS, 2007.

DAZA, Alfredo. S. **Procesos de integración económica del México y El mundo**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Azcapotzalco, 2005

DIALLO, Mamadou A. **Paz e desenvolvimento na África do século XXI: um balanço do período pós-guerra Fria.** *Videre*, Dourados, MS, ano 3, n. 5, p. 43-61, jan-jun.2011.

DOPCKE, Wolfgang. **Sai a Organização da Unidade Africana- entra a União Africana: novas encenações do continentalismo africano.** RERIDIANO 47 N.28/29, 2002.

EUROSTAT. *Africa-EU: Economic indicators, trade and investment.* European Union, 2012.

FERREIRA, Muniz. **A África contemporânea: dilemas e possibilidades.** 12f.

FERNANDO, Lito Nunes. **Economia Política de Integração da África Ocidental: A União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) como Estratégia para o Desenvolvimento Regional.** Tese (Ciências Econômicas). Programa de doutorado em Economia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio grande do Sul. Porto Alegre, 2011

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1969.

FILLIPO, A. De et R. Franco. **Intergración regional, desarrollo y equidad,** México: Siglo XX.

FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados.** Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política de Desenvolvimento Econômico.** Ed. Paz e Terra, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

GILPIN, R. **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order.** Princeton: Princeton University Press.

GOMES, WILSON. **Democracia Digital: que democracia?** In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia.** São Paulo: HUCITEC, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1998

GREENFIELD, Gerard. **Bandung: imperialismo e nacionalismo.** Disponível em: www.joseluizquadrosmagalhaes.blogspot.com.br. Acesso em: 28 de agosto de 2012

HASS, E. B. **Beyond the Nation State.** Stanford: Stanford University Press, 1996

_____. **El reto del regionalismo.** In: HOFFMAN, S. (ed.). **Teorias Contemporâneas sobre las Relaciones Internacionales.** Madrid: EditoraTecnos, 1963.

_____. **Dynamics of internacional relations.** Stanford: Stanfor University Press, 1956.

HIRST, M. **Reflexiones para um análisis político del Mercosur**. Buenos Aires: Flacso, 1991.

INTERNATIONAL CENTRE OF TRADE SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD). **Um engajamento da África com os BRICS**, 2012. Disponível em www.ctsd.org/i/news/pontes/145829/. Acesso em: 15 de out. 2012.

KEOHANE, R. **Realism, neorealism and the study of politics**: In: KEOHANE, R. (org.). *Neorealism and Its Critics*. New York: Colombia University Press, 1986.

_____. **Power and Interdependence**. Boston: Scott, Foresman and Company, 1989.

KENEN, Peter B. **Economia Internacional: teoria e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
LUNARDON, Jonas. **Conflitos contemporâneos na África Negra e suas causas ambientais**. Porto Alegre, 2010.

LE MATIN. Disponível em: http://www.lematindelafrique.com/index.php?option=com_content&view=article&id=3690%3Aneocolonialisme-lafrique-en-a-marre-detre-tutelle&Itemid=97. Acesso em: 18 de outubro 2012.

MACHLUP, Fritz. A history of through on economic integration. In: CONGRESS OF THE INTERNATIONAL ECONOMIC ASSOCIATION, 4. , 1976, Budapest. **Economic integration worldwide, regional, sectorial**: proceedings of the fourth Congress. New York: John Wiley, 1976.

MAIA, J.M. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 1995.

MARIANO, Marcelo. P; MARIANO, Karina. P. **As teorias de integração regional e os Estados subnacionais**.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. **O Brasil e o mundo afro-asiático**. Rio de Janeiro: PONGETTI, 1956.

MEARSHEIMER, John. "The False Promise of International Institutions." In: BROWN, Michael; et al. **Theories for warend Pace**. Cambridge (Mass.), MIT Press, 2000.

MONTE, J. Bosco. **Integração Regional da África: a saída para o desenvolvimento**. Mundorana, 2010

MORACVSIK, A. **Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalism approach**. In: BULNER, S. & ANDREW, S. *Economic and Political Integration in Europe: international dynamic and global context*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. "A política externa brasileira e sul-africana para a África Austral." In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Org.). **Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização**. Brasília: CNPq/IPRI, 1997.

NÓBREGA, Álvaro. **A democracia em África**. JANUS, 2010.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Revista *FAE*, Curitiba, v. 5, n.2, p. 37-48, maio/ agosto 2007.

RELATÓRIO de Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento Humano 2003: **objetivos do desenvolvimento do milênio: um pacto entre as nações para eliminar a pobreza humana.** Lisboa, 2003.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. **União Africana: possibilidades e desafios,** 2007.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

ROLIM, C. F. C. **Integração versus Integração: a busca de conceitos perdidos.**

RUESGA, Santos. M; HEREDERO, Maria. I; FUJII, Gerardo. **Europa e Iberoamerica: dos cenários de integração econômica.** Madrid: Editorial Parteluz, 1998.

PALHARES, Paulo. S. **Comércio e desenvolvimento em África,** 2004.

PINHEIRO, Letícia. **Ação e Omissão: a ambigüidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-196.** Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1988.

PORTO, Manuel. C.L. **Teoria da Integração e Políticas Comunitárias,** 3. ed. Almedina, Coimbra, 2000.

UNCTAD. **Economic Development in Africa. Rethinking the Role of Foreign Direct Investment.** UNCTAD/GDS/AFRICA, 2005.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.

VINER, J. **Internacional Trade and Economic Development.** Oxford, 1953.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África moderna.** Um continente em mudança (1660-2010). Porto alegre: Leitura XXI, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes; Ribeiro Luiz Dario; PERREIRA, Ana Lucia Danielevicz. **Breve história da África.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?** São Paulo: Atual, 2008.

SERRA, J. **ReflectionsonRegionalism.** Washington D. C: Carnegie Endowment for International Peace, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SILVA, Joilson de Araujo. M. A. **União Africana: sobre ações vindas do sul, a globalização e um mundo “policêntrico”**, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301273614_ARQUIVO_ANPUHUniaoAfricana.pdf. Acesso em: 28 de outubro de 2012.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Comunitário e da Integração**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

_____. **Direito econômico internacional e direito comunitário**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995. 399 p. 1ª Parte, Direito Econômico Internacional, Título II, Da Política Econômica Protecionista, Capítulo III,

TAMMENES, Ramón. **Estructura Económica Internacional**. Madrid: Alianza, 1995.

UNECA. **Retionalizing Regional Economic Communities: ARIA II**. Economics Commission for Africa, AdisAbeba, 2006. Disponível em: <http://www.uneca.org/aria2/front_matter.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2012.

UNIÃO AFRICANA. Relatório de estudo de viabilidade sobre a criação da bolsa pan-africana de valores, 2008. Disponível em <http://au.int/en/>. Acesso em: 18 de setembro de 2012.

ANEXO A- Mapa da União Africana



Fonte: Disponível em: [www.infopedia.pt/\\$uniao-african](http://www.infopedia.pt/$uniao-african)

Mapa dos Membros (em verde escuro), ex-membros (em cinza claro) e em (verde claro) suspensos.